



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**Mídia, Narrativas do Medo e as Políticas Públicas Repressivas:
uma análise do agendamento do jornal *O Globo* na semana antecedente ao
decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro.**

**Mariana Nogueira Rodrigues
DRE: 114058626**

Rio de Janeiro
2018

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação – ECO

Mídia, Narrativas do Medo e as Políticas Públicas Repressivas:
uma análise do agendamento do jornal *O Globo* na semana antecedente ao
decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro.

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Publicidade.

MARIANA NOGUEIRA RODRIGUES

Orientadora: Prof^a. Dr^a: Chalini Torquato Gonçalves de Barros

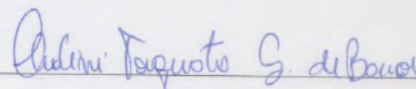
Rio de Janeiro
2018

Mídia, Narrativas do Medo e as Políticas Públicas Repressivas: uma análise do agendamento do jornal *O Globo* na semana antecedente ao decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro.

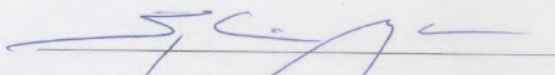
Mariana Nogueira Rodrigues

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda.

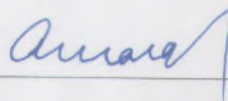
Aprovado por



Prof.^a. Dr.^a: Chalini Torquato Gonçalves de Barros – orientadora
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia



Prof.^a. Dr.^a Sylvia Debossan Moretzsohn
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Marcio Tavares d'Amaral
Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris V - Sorbonne Sciences Humaines

Aprovada em: 29/06/2018

Grau: 10,0

Rio de Janeiro/RJ

2018

R696

Rodrigues, Mariana Nogueira

Mídia, narrativas do medo e políticas públicas repressivas: uma análise do agendamento do jornal O Globo na semana antecedente ao decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro / Mariana Nogueira Rodrigues. - 2018.

80 f.: il.

Orientadora: Profª. Chalini Torquato Gonçalves de Barros

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Habilitação Publicidade e Propaganda, Rio de Janeiro, 2018.

1. Mídia. 2. Políticas públicas. 3. Segurança pública. I. Barros, Chalini Torquato Gonçalves de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Dedico este trabalho à memória dos pretos e pretas que deixaram nesse mundo a lembrança do quão cruel ainda é a vida dos afrodescendentes neste país, ameaçada pelas políticas repressivas perpetuadas até hoje.

Agradeço a todos os amigos e amigas militantes da causa por um país mais justo e com menos privilégios e desigualdades. Vocês dignificam a luta.

Aos meus pais, Sandra e Joelmo, e ao meu irmão, Danilo, sempre muito solidários a minha causa e apoiadores de minhas escolhas.

Aos amigos e amigas da UFRJ que tornaram os dias mais leves e alegres. Ao meu amigo de infância e companheiro Marcos, pela paciência e força nos momentos em que estive mais frágil.

Aos irmãos e irmãs do grupo Misericordiosos como o Pai, que acreditam em um cristianismo combatente e solidário às causas dos marginalizados. Vocês foram também inspiração para este estudo.

Aos amigos Iago e Iasmin, moradores de São Gonçalo como eu, pelas conversas sobre as dificuldades e conquistas da vida. Este trabalho é um exemplo de que podemos.

A minha orientadora Chalini, me dando todo o suporte para a realização deste estudo. A minha querida professora Alda, que me fez crescer pessoal e profissionalmente.

Por fim, agradeço a Deus por tudo isso ter me permitido alcançar.

RODRIGUES, Mariana Nogueira. **Mídia, Narrativas do Medo e as Políticas Públicas Repressivas**: uma análise do agendamento do jornal *O Globo* na semana antecedente ao decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro. Orientadora: Prof^ª. Dra.: Chalini Torquato Gonçalves de Barros. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2018. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo sobre três eixos de maneira integrada: a mídia, as narrativas do medo e as políticas públicas de segurança. Justifica-se na importância de entender de que forma os processos raciais históricos do país serviram como plano de fundo para a construção da ideia do “medo branco”, e das sub-representações sociais. Através de análises aprofundadas, pretende-se investigar se, e como a mídia se vale dessa conjuntura para pautar narrativas que embasam e legitimam políticas públicas de segurança de caráter repressivo. O universo de análise tem por objeto o jornal *O Globo*, e sua agenda no período que antecede o decreto de Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro. Foram analisadas 20 matérias sob a ótica da narratologia. Os resultados apontam para o uso do aparato midiático em favor da criação de um “cenário de desordem”, identificando sujeitos marginalizados como causadores dessa problemática, e estimulando e legitimando o uso das Forças Armadas para contenção da “onda de violência” que segundo o veículo acometeu a cidade.

Palavras-chave: mídia; medo; repressão; políticas públicas; segurança.

ABSTRACT

This job consists in a study on three axes in an integrated way: the media, the narrative of fear and public security policies. Is justified on the importance of understanding how the historical racial country processes served as background to the construction of the idea of "white fear", and the social representations. Through in-depth analysis, we intend to investigate if, and how the media uses this situation to guide narratives that supports and legitimize public security policies of repressive character. The universe of analysis has for object the newspaper O Globo, and your agenda in the run-up to the Decree of Federal Intervention in the security of Rio de Janeiro. 20 substances were analyzed from the perspective of Narratology. The results point to the use of the media apparatus in favor of creating a "scene of disorder", identifying marginalized individuals as responsible of this problem, and stimulating and legitimizing the use of the armed forces for containment of "wave of violence" which according to the vehicle struck the city.

Keywords: media; fear; repression; public policies; security.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 MÍDIA, AGENDAMENTO E MEDIAÇÃO.....	4
2.1 O conceito de Agendamento.....	5
2.2 O conceito de Mediação.....	7
2.3 Agendamento, Medição e Concentração das Mídias.....	9
2.4 Agendamento, Mediação e a Construção da Realidade.....	12
3 MÍDIA, SEGURANÇA PÚBLICA E REPRESSÃO.....	18
3.1 Narrativas do Medo e Processos Raciais Históricos.....	18
3.2 “Medo Branco” e Representações Sociais.....	21
3.3 Políticas Públicas de Segurança e Mídia.....	23
3.4 Mídia e a Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro.....	30
4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE O GLOBO.....	34
4.1 Sobre o veículo de comunicação.....	34
4.2 Recorte de pesquisa e método de análise.....	37
4.3 Análise das reportagens.....	38
4.3.1 Análise individual dos dados coletados.....	38
4.3.2 Análise coletiva dos dados coletados.....	49
4.3.3 Os críticos da Intervenção e o relatório do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.....	54
5 CONCLUSÃO.....	56
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
7 ANEXOS.....	62

1 INTRODUÇÃO

“Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come” (CASTRO, 1984, p.14). Ao analisar a assertiva, é possível destacar algumas das problemáticas que mesmo no século XXI ainda acometem a humanidade. Em primeiro lugar, a falta de um elemento básico e essencial para a existência humana, o alimento. Depois, a privação do sono, que aparece aqui como a presença da preocupação com aqueles indivíduos que não comem. A raiz da ausência do sono são as pessoas que não comem, mas ela não aponta para uma questão interna de sentimento de solidariedade para com esses indivíduos, mas sim para uma das palavras que norteiam este estudo: o medo.

O estudo histórico do medo sustenta que esse sentimento parece ter agido como motor do desenvolvimento de muitas sociedades e de suas relações humanas, desde a Idade Média, passando pelo período colonial, imperial, até as democracias as quais se conhece hoje.

Este trabalho problematiza, de maneira mais específica, questões relacionadas ao “medo branco”, sua reprodução contemporânea e as sub-representações sociais advindas dos tempos coloniais vividos pelo Brasil no século XIX. Os estudos de autores como Sidney Chalhoub (1988) e Vera Malagutti (2011) auxiliam no entendimento da atmosfera de constante desconfiança por parte dos senhores de engenho com relação aos escravos à época. O “medo branco” tinha suas origens no número de pessoas em situação de escravidão e negros libertos que o Brasil colônia mantinha, e nas possíveis insurreições desses contra seus senhores. Nesse contexto, esse sentimento se manifestou em políticas concretas de repressão e controle da população negra daquele momento histórico.

Ao que se indica, o uso desse aparato sofreu poucas transformações no que diz respeito a sua implementação, e atualmente, está estritamente ligado às desigualdades econômicas e sociais promovidas por essa herança colonial e imperial, e pela expansão massiva do capitalismo no qual estão inseridas as sociedades modernas. Ele funcionou e ainda funciona como uma ferramenta usada pelas castas mais abastadas da sociedade para organizar e nortear os indivíduos e as políticas públicas, no que tange a garantia de um sistema desigual que mantenha seus privilégios, mesmo que através de medidas repressivas. Alia-se a isso o fato de as relações entre setores da sociedade contemporâneas se basearem muitas vezes nas informações que são trocadas pelos indivíduos através do consumo de mídias massivas, juntamente com os valores nelas propagados. Diante dessa conjuntura, o eixo principal ao qual

essa pesquisa se ocupa é a mídia, procurando-se refletir qual o seu papel mediando a relação entre o medo e a repressão.

No Brasil, a estrutura histórica do sistema comunicacional foi constituída através de oligopólios ligados a governantes políticos e grandes empresários. Há pouco espaço para mídias alternativas e comunitárias, que não conseguem fazer frente a hegemonia do discurso e poder de disseminação que os grandes veículos têm. Desse modo, as narrativas são pautadas e fomentadas por vozes uníssonas, representantes de um status quo político brasileiro, e de uma elite branca que naturaliza cotidianamente sua visão de mundo como sendo a de toda a sociedade, conformando uma hegemonia no poder comunicacional.

De tal modo, é impossível pensar os aparatos midiáticos como destoados dessa conjuntura. Este estudo trabalha o uso do agendamento e da mediação como ferramentas de construção do discurso e da opinião pública, que influem cotidianamente na percepção da realidade. As narrativas midiáticas se valem desses aparatos para pautar e mediar as mais complexas temáticas, incluindo a administração da segurança e das políticas de uma sociedade, conforme sustentam os estudos de Sylvia Moretzsohn (2004, 2007), Mauro Wolf (2010) e Stuart Hall (1978).

O enfoque aqui proposto engloba o medo, a mídia e a segurança pública, discorrendo sobre os aparelhos implementados para a garantia da lei e da ordem (BECKER, 2008; MISSE, 2010; BATISTA, 2018).

Nesse sentido, se pretende entender de que maneira a mídia pode influenciar e pautar políticas públicas de caráter repressivo, fundamentando-se na herança escravocrata do país e em todas as dinâmicas alteradas por ela e que refletem ainda hoje. Este trabalho propõe, portanto, um resgate de processos raciais históricos, investigando a construção do “medo branco” e das sub-representações sociais. Além disso, discorre sobre a concepção de ordem e ordenamento público, sobre as narrativas da lei e da ordem que adentraram fortemente no imaginário social, e sobre conceitos como crime e desvios, e a atmosfera que ronda as figuras que os praticam, os outsiders, ou desviantes.

Busca também compreender a transformação do Estado brasileiro em um país punitivo, que lê diferentes dinâmicas sociais a partir da lente do direito penal e da criminalização constante, tomando por objeto de estudo a decisão de decretar uma Intervenção Federal na segurança pública da cidade do Rio de Janeiro.

As análises, portanto, se debruçam na agenda emplacada pelo jornal o Globo no período que antecede o decreto, e no “clima de desordem social” que o veículo noticiou no Carnaval de 2018 na cidade do Rio. Para isso, foi utilizado como metodologia a Narratologia, ou seja, a análise individual e coletiva das matérias observando como se constrói o cenário que propicia a decisão governamental, utilizando-se dos aparatos do agendamento e da mediação, e fazendo uso de estigmas sociais para ratificar e apoiar a medida.

Por fim, a importância deste estudo concerne no momento atual vivido pelo país, de extremas incertezas políticas e do aparecimento de figuras de extrema-direita e conservadoras, que cada vez mais pautam o discurso da repressão em detrimento de direitos de cidadania e políticas de segurança sérias e comprometidas com a promoção da dignidade humana.

2 MÍDIA, AGENDAMENTO E MEDIAÇÃO

Este capítulo se propõe a pautar e discutir temas primordiais para o entendimento da comunicação como se conhece hoje. Um breve resgate e contextualização do cenário comunicacional serão empreendidos afim de situar o leitor a respeito da posição das mídias no contexto das tecnologias da informação atuais, como também se prezará por refletir como a comunicação se transformou em instrumento de poder, e como partes de seus processos são cuidadosamente utilizados para disputar narrativas e espaços de autoridade.

Analisando-se a rede atual na qual estão inseridas as mídias, a máxima que a reverência, estando elas subjugadas ao mundo globalizado e informatizado, é “24/7”: 24 horas por dia, sete dias por semana de intensa exposição aos mais variados estímulos de texto, som e imagem. A era do conhecimento, a era das tecnologias da informação, a era da inovação: o capitalismo transformou tudo em tempo de produção e mercadoria, e é assim também com a comunicação. Analisando-se as iniciativas do ramo, é possível perceber que, devido a essa conjuntura, o caráter privado se sobrepôs a ideia e experiências iniciais de um negócio público- estatal (GOMES, 2007).

A informação se transformou em bem necessário, que todas as pessoas do mundo consomem, e a todo instante. A vida pública é apenas o palco dos senhores do capital, onde o mercado financeiro estipula o roteiro do espetáculo e as regras da apresentação. Como atividade industrial, o chamado jornalismo do “tempo real” tem na rapidez a condição de sua sobrevivência. Segundo Moretzshon (2004), ele esconde a crítica e encobre a lógica do capital: ao contrário, celebra a “nova utopia tecnológica” representada pela internet e sua possibilidade de interligar o mundo com informações instantâneas e em fluxo contínuo. Efetivamente, as fronteiras entre quem produz e quem consome informação se tornaram fluidas. As redes sociais são um grande exemplo de como qualquer pessoa que tenha uma ferramenta e acesso à internet pode ser consumidora e produtora de conteúdos de variados temas. Porém, frente a esses que se pode denominar de pequenos produtores, existem os gigantes das empresas de comunicação.

Alguns dos grandes conglomerados de comunicação no país tem potencial de atingir mais de 100 milhões de telespectadores. De acordo com dados da *comScore*¹, a marca de 100 milhões de pessoas foi ultrapassada pelas organizações Globo algumas vezes. No acumulado do mês, são 190 milhões – o que equivale aos 95% da população brasileira que possui TV em

¹Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018

seus domicílios. Esses dados mostram um alcance extremamente relevante, o que, retomando a ideia sobre os estímulos diários contínuos, pode produzir uma série de efeitos na sociedade em variados aspectos.

Como sustenta Stuart Hall (2005, p. 43), “a comunicação está inevitavelmente ligada ao sucesso, à eficácia ou ineficácia das teorias da formação social como um todo”. É dentro desse contexto que se deve inseri-la no que se pode chamar de “mundo social moderno”. Ela está ligada às teorias de formação social e, no meio delas, também define e constrói o social (HALL, 2005). Para ele, a comunicação tem estreita ligação com o poder. As mensagens se operam de modo complexo, e estão conectadas com a forma como o poder opera em determinada sociedade. Hall afirma, ainda, que existem relações de apoio mútuo entre a mídia e os principais formadores de opinião de determinada sociedade (HALL *et al.*, 1978).

Para melhor entender essa organização, é preciso compreender dois conceitos dos quais os meios de comunicação, em especial os veículos impressos, servem-se para fazer valer a estrutura acima apresentada: o agendamento e a mediação. Os dois, interligados, podem ser entendidos como ferramentas de construção da notícia, e são utilizados sob o discurso de obedecer a certos parâmetros e padronizações das mais diversas linhas editoriais das empresas de comunicação, o que na prática, se verifica de maneira um tanto diferente.

2.1 O conceito de Agendamento

“Existe algo de intruso naquilo que os *mass media* apresentam, algo que torna a sua influência cumulativa” (LANG, 1962 *apud* WOLF, 2010, p. 61).

A afirmação acima coloca em voga uma problemática há muito já pautada entre os estudiosos de comunicação: os efeitos da mídia sobre a sociedade. Apesar de incisiva, ela aponta para uma direção mais evoluída do tema em questão. Como várias teorias da comunicação posteriores, contribui para superar a teoria da agulha hipodérmica, que entende a mensagem como uma injeção involuntária, cujo receptor não tem possibilidade de reação contrária ao estímulo ali presente, os quais os efeitos são ilimitados: “cada elemento do público é pessoal e diretamente 'atingido' pela mensagem” (WRIGHT, 1975 *apud* WOLF, 2010, p. 7), e traz um novo conceito: o de efeitos cumulativos, presente nas tendências contemporâneas da corrente norte-americana dos estudos da comunicação denominada *Mass Communication Research*.

De acordo com Wolf (2010, p. 61), o conceito de acumulação “refere-se à capacidade da mídia de criar e sustentar a relevância de um tema. Isso é o resultado total do modo como funciona a cobertura informativa no sistema de comunicações de massa”. O sentido da palavra sustenta a ideia: cumulação. Ela se refere a algo que é construído e assimilado pelo público gradativamente, sem colocar em primeiro plano as ideias anteriormente defendidas de certa passividade, ainda que ela esteja presente de maneira minimizada nesse novo modelo. A chave da questão pautada é que os efeitos apenas podem ser obtidos e notados a longo prazo, a medida que o cenário é construído e disseminado pela opinião pública.

Nesse contexto, tem lugar central a cobertura informativa dos veículos de comunicação, na qual se apresenta a hipótese da *agenda-setting*, ou agendamento, proposta por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970, que afirma que,

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW 1979 apud WOLF, p.62, 2010).

O que os autores expõem é que o conteúdo apresentado pelos veículos de comunicação faz parte de uma escolha que está submetida a uma agenda, que é pensada e elaborada com o intuito de hierarquizar a importância e prioridade de determinados assuntos. Nela também está contida a “ordem do dia”, ou seja, os fatos que merecem ser iluminados em detrimento de outros que não, e as narrativas da redação devem obedecer esse guia. É importante frisar que a ideia de agendamento não traz em si a questão da persuasão, ou seja, a mídia não diz o que pensar sobre determinado fato, mas sim sobre quais fatos pensar, quais são os acontecimentos apresentados na agenda cujos quais se poderá discutir e formar uma opinião.

Um ponto importante que se coloca em questão, é o entendimento de quem está criando e operando a agenda. Ao que se nota, o interesse público está em segundo plano no fazer jornalístico, que obedece muito mais às linhas editoriais das empresas de comunicação do que as predisposições do próprio jornalista, ou mesmo os assuntos que seriam de interesse público. O que ocorre, em verdade, é a inversão da prática. Segundo Moretzsohn (2007), as bases que consolidaram o jornalismo têm suas origens nas revoluções liberais iluministas ocorridas na Europa no século XVIII, quando se criou a ideia de um fazer que iluminasse os fatos e esclarecesse os cidadãos. Por isso, era carregado de uma postura política, que refletia o que hoje se chamaria de “jornalismo de causas”. Essa característica se constituiu como uma contradição

para o polêmico e problemático conceito atual muito louvado e reivindicado pelas editorias: a imparcialidade. Porém, ela é desfeita quando se entende que no processo, há uma diferença entre sujeito, o que “defende causas” e o objeto, que são os fatos propriamente ditos.

À rigor, tanto a declarada postura política quanto a imparcialidade podem esconder condutas que fogem da possibilidade de entendimento da sociedade civil que não está imersa nos processos que se dão durante a construção de uma notícia. Quando se coloca que houve uma inversão, é justamente sobre essa falta de protagonismo e atenção às reivindicações da coletividade que concerne o ponto principal da questão.

Sob esse cenário é que se deve pensar os efeitos do agendamento para a sociedade. Wolf (2010) defende que há um impacto direto no destinatário, ainda que não imediato, e que a mídia impressa tem lugar de destaque nesses resultados. Os veículos têm as suas especificidades, e a *agenda setting* vai trabalhar de acordo com cada uma delas. No entanto, diferentemente da televisão e rádio, que tem uma dinâmica de apresentação de fatos mais fragmentada e efêmera, “a informação impressa fornece aos leitores uma indicação forte, constante e visível de saliência” (MCCLURE, PATTERSON 1976 *apud* WOLF, 2010, p. 64).

Os efeitos, no entanto, sustentam maiores complexidades do que uma influência massiva e incisiva. O agendamento é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo faz, mas suas predisposições também são relevantes no processo. As experiências socioculturais, as vivências e crenças são artefatos com os quais a notícia é confrontada pelo leitor. Dependendo do tema e do grau de conhecimento e opinião formada sobre ele, as questões apresentadas pelos meios de comunicação serão somente para negar ou afirmar posições já fundamentadas. Portanto, nota-se que é muito mais sobre pautar uma narrativa, coloca-la em evidência em detrimento de outras, do que efetivamente o que se vai pensar sobre ela.

2.2 O conceito de Mediação

Na mesma linha de ser um aparato do fazer jornalístico, segue também o conceito de mediação. Os primeiros estudos sobre o tema foram inspirados por uma pesquisa na área da psicologia, feita por Kurt Lewin (1947 *apud* WOLF, 2010), que observou as dinâmicas interativas de certos grupos sociais, no que diz respeito a problemas ligados à mudança de hábitos alimentares. Ele constatou que “algumas zonas nos canais podem funcionar como “cancela” ou “porteiro” (WOLF, 2010, p. 184): segundo o autor, “as forças antes e depois das zonas-filtro são decididamente diferentes, de modo que a passagem ou o bloqueio da unidade através de todo o canal depende, em grande parte, do que acontece na zona-filtro” (LEWIN,

1947 *apud* WOLF, 2010, p. 184). Dessas premissas surge o conceito de *gatekeeper*, ou seja, o selecionador.

David Manning White (1950 *apud* WOLF, 2010) inspirou-se no estudo para analisar o trabalho de Mr. Gates, um jornalista que por 25 anos foi responsável por selecionar uma grande quantidade de correspondências enviadas por agências de notícias a um jornal da cidade de Midwest, na região centro-oeste dos Estados Unidos. Após investigar os resultados, ele constatou que cerca de nove entre dez dessas correspondências eram eliminadas: 800 foram recusadas por “alegada falta de espaço”; 300 por suposta “sobreposição de temas ou falta de interesse junto ao público”; 200 por pretensa “falta de qualidade do material”; e 33 por estarem “em áreas demasiadamente distantes dos campos de interesse dos leitores mais tradicionais do jornal” (WHITE, 1950 *apud* WOLF, 2010, p. 185).

O autor garante ao conceito de mediação o nome de seus operadores: emissores, mediadores, selecionadores (*gatekeepers*) ou produtores de notícia (*newsmaking*). O trabalho desses sujeitos é fazer a mediação entre a mídia e a sociedade, realizando a filtragem do que seria relevante apresentar. Nessa lógica, algumas questões são pertinentes no sentido de entender a execução desse processo, ou seja: de que maneira a mensagem será transmitida, como ela será difundida, em que programação será inserida ou diagramada, se alguma parte ou toda a mensagem será excluída, e que partes serão mantidas e por quê? Segundo Wolf (2010), p. 79), “as pesquisas são unânimes em esclarecer que, na seleção, as referências implícitas ao grupo de colegas e ao sistema das fontes, predominam sobre as referências implícitas ao próprio público”. Além dessa problemática, existem outras que também podem fazer parte das decisões de escolha das mensagens, como: os subjetivismos e posições políticas de quem escreve, a linha editorial e política dos jornais, e a organização socioeconômica e cultural da sociedade na qual o indivíduo está inserido.

A autora Sylvia Moretzsohn afirma que a mediação “integra o processo através do qual o público tira conclusões que, portanto, não são autônomas no sentido que os postulados clássicos legitimadores da imprensa querem apresentar” (MORETZSOHN, 2007, p.122). Defende, ainda, que o jornal e as mídias, em geral, pretendem apagar sua posição de mediadores, a fim de sugerir que o que está sendo posto é um conteúdo de “interesse público”, e essa é uma problemática histórica. Ao se naturalizar a ideia da imprensa como quarto poder, ainda no contexto das revoluções liberais do século XVIII, naturalizou-se também a ideia de que ela seria isenta de transgressões, e que por isso lhe cabia o dever de ser portadora da verdade

e ser voz dos que não podiam falar por si. Porém, Moretzsohn (2007) alerta que esses reducionismos:

amparam um processo de mediação que se legitima ao ocultar-se a si próprio, resultando no que poderia ser classificado como jornalismo de mãos limpas: afinal, a imprensa apenas relata fatos e por isso não teria qualquer influência – muitos menos interesse – sobre o que divulga. Pode, portanto, lavar as mãos (MORETZSOHN, 2007, p.119).

Toda essa abordagem faz parte de uma engrenagem mais complexa, como afirmou Stuart Hall *et al.* (1978), defendendo o conceito de “mapas de sentido”, que são o conjunto das coisas “tidas como certas pela média da sociedade”, criadas a partir da estreita relação recíproca entre mídia e os “definidores primários”: governantes, legisladores, empresários, juristas, clérigos e demais autoridades governamentais e da sociedade civil. Esses indivíduos são o que se chamaria no atual mundo social de influenciadores, ou seja, os formadores de opinião que usam os privilégios de seus cargos e das posições que ocupam na escala social para criar juízos sobre determinados temas. As observações de Wolf (2010) dizem que o trabalho dos *gatekeepers* é realizado a partir de “uma espécie de conceito difuso do que seja informação”. Esse conceito não teria obrigatoriamente relação direta com o público receptor do produto jornalístico, mas sim, com o objetivo de exercer “uma função de controle social.

A mediação, portanto, coloca em voga questões sobre o recorte e a maneira como o tema será apresentado. Além de questionar os princípios da objetividade, da imparcialidade e da isenção.

2.3 Agendamento, Medição e Concentração das Mídias

Os conceitos acima apresentados são essenciais para compreender todo o processo de comunicação, em especial o da mídia impressa. Como importantes ferramentas que são, eles se potencializam quando analisados levando-se em consideração a conjuntura estrutural do sistema de comunicação no Brasil.

De acordo com Muniz Sodré, nove famílias são responsáveis pelo controle de mais de 90% de todo o sistema de comunicação do país, incluindo variados veículos de mídia. “Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações (...) controlados pelo estamento dominante” (SODRÉ, 2001 *apud* COIMBRA, 2001, p.43). O relatório da Unesco (1993) afirma que o processo de desenvolvimento dos países, em especial a industrialização, contribui para que os sistemas de comunicação se tornem cada vez mais monopolizados nos seus variados âmbitos, desde a coleta, passando pelo armazenamento e a reprodução da informação. Desse modo, nota-se que

a demasiada concentração exclui os cidadãos dos principais processos que integram a construção de uma notícia. Por conta disso, um dos princípios constitucionais é violado: o direito à informação, que para ser exercido no Brasil, precisaria do estabelecimento de uma nova conjuntura de comunicação. Conforme a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM)², financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto com a Intervozes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), a televisão ainda ocupa o cargo de maior meio de comunicação de massa no Brasil, com o maior índice de concentração de audiência. Mais de 70% do público nacional é compartilhado entre as quatro grandes empresas: Globo, SBT, Record e Band. Nesse grupo, a Rede Globo tem mais de metade da audiência (equivalente a 36,9% do total). Um comportamento interessante dos leitores de mídia impressa, é a migração dos mesmos para os portais de notícia online. A *Revista Galileu*³ divulgou recente pesquisa realizada pela Alexa, empresa da Amazon, sobre os portais mais acessados no Brasil: o Globo ocupa a quinta posição, atrás apenas dos gigantes *Google Brasil*, *Youtube*, *Google.com* e *Facebook*. A centralização da audiência também se manifesta nos mercados de mídia impressa e on-line, com concentração acima de 50% exercida pelos mesmos conglomerados listados acima.

Nesse sentido, quando se fala em agenda e mediadores, afirma-se que poucas vezes estão construindo as agendas e fazendo a mediação, ou seja, pautando sobre o que a sociedade vai pensar, e de que maneira ela pensará. Ainda que as narrativas sejam variadas, existem aquelas que serão fortemente fomentadas e incisivamente mostradas, a fim de se construir certo juízo sobre determinado tema. Elas necessariamente obedecerão a hegemonia do pensamento daqueles que controlam a comunicação e as linhas editoriais, prejudicando a pluralidade dos discursos e a possibilidade de um debate aberto sobre questões de interesse público.

A lacuna entre quem produz a informação e como pensa o outro, e quem recebe a informação e como se vê a partir da lente do outro também é importante temática a ser tratada aqui. Devido à falta de participação da coletividade e de grupos específicos da sociedade no processo de construção de notícias, narrativas e imagens, certas vozes se constituíram como as únicas presentes e foram legitimadas. Agendamento e mediação são aparatos do jornalismo nos quais a possibilidade de participação dos sujeitos poderia ser notadamente solicitada no que tange a construção de uma narrativa mais plural e fidedigna de acordo com a variada gama de

²Disponível em: <http://intervozes.org.br/quem-controla-a-midia-no-brasil-levantamento-dos-50-maiores-veiculos-sera-lancado-este-mes/>>. Acesso em: 13 mar. 2018

³Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/06/saiba-quais-sao-os-50-sites-mais-acessados-do-brasil.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018

realidades às quais o fazer jornalístico está submetido. A não participação desses grupos no processo gera uma comunicação unilateral, onde a produção de sentidos e identidades é regida a partir dos sentidos e identidades dos indivíduos que detém o monopólio dessas representações, criadas aqui através do sistema midiático.

Na década de 1980, a UNESCO publicou o relatório “Um mundo, muitas Vozes”, que se configurou como o marco inicial das discussões e do entendimento da comunicação como um direito humano, e conseqüentemente, abrasou o debate sobre o monopólio e a democratização dos meios de comunicação. “Se há centenas de milhões de homens e mulheres privados dos instrumentos indispensáveis da comunicação, que sentido tem falar do direito a informar ou a ser informado?” (UNESCO, 1983, p. 83). O monopólio da comunicação, dentro da ótica de reconhece-la como um direito humano, não só perpetua o controle do que se produz na sociedade, como também trabalha com uma defasagem em seus processos, que é a não participação de grupos marginalizados na formação de conteúdo. Por esse fato, a representação dos mesmos na mídia se apresenta como um descompasso no que se refere as suas identidades, que por muitas vezes são violadas.

A plataforma Mídia Sem Violações, que integra o Coletivo Brasil de Comunicação Social, é grande entusiasta do reconhecimento da comunicação como um direito humano e da democratização dos meios. Ela surgiu de um estudo de caso⁴ sobre as violações de direitos humanos por parte da mídia brasileira, tendo como estratégia o monitoramento de 28 programas de rádio e TV, durante 30 dias. O resultado desse trabalho apontou 4.500 violações, as quais afrontam, pelo menos, 12 leis brasileiras e 7 tratados multilaterais. Dentre os tipos de violação, estão: exposição indevida de pessoas ou famílias, desrespeito à presunção de inocência, violação do direito ao silêncio, incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais, incitação ao crime e à violência, identificação de adolescente em conflito com a lei, discurso de ódio e preconceito, tortura psicológica, e tratamento desumano e degradante. Isso também se reflete nas mídias impressas, como veremos no próximo item, mas de maneira mais elaborada do que como aparece nas televisões e rádio.

Esse cenário, no entanto, serviu como uma das bases de inspiração para que se reivindicassem novas vozes da comunicação ao redor do mundo, dispostas a pautar o debate sobre o direito a comunicação, a democratização das mídias, e a disputa das narrativas

⁴Disponível em: <https://www.midiasemviolacoes.com.br/a-plataforma>>. Acesso em: 13 mar. 2018

jornalísticas. No Brasil, as primeiras iniciativas datam do período durante e pós ditadura militar, quando as mídias serviam como grandes porta-vozes e propagandistas do governo. É neste contexto, segundo Cicilia Peruzzo (2006), que surge no país o termo “comunicação alternativa”, que se referia àquela mídia não alinhada às posições oficiais dos governantes. De acordo com Peruzzo, “o que caracteriza o jornal como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem” (PERUZZO, 2006, p.8). O termo comunicação alternativa também serviu para denominar a comunicação popular, e mais tarde, a comunicação comunitária, e todas defendem para si o ideal de produzir conteúdo contra hegemônico, que segundo Moraes, são aquelas ações “comprometidas com a contestação ao neoliberalismo e à ideologia mercantilista da globalização, ao mesmo tempo em que propõem e discutem alternativas sociopolíticas humanizadoras” (MORAES, 2008, p.39). Diante da conjuntura apresentada, pode-se afirmar que agendamento e mediação são também instrumentos centralizados nas mãos de poucos. As narrativas contra hegemônicas enfrentam ainda grandes obstáculos para se consolidarem como reais pautas de contra argumentação e disputa de ideias na sociedade.

2.4 Agendamento, Mediação e a Construção da Realidade

Entende-se, portanto, que exercer a hegemonia no campo da comunicação é ter em mãos uma ferramenta de controle e de poder, com a qual é possível construir verdades através dos discursos midiáticos, amparados por artefatos que fazem parte do cotidiano dessa construção: o agendamento e a mediação são exemplos claros. Os estudos de João Freire Filho (2004, p.1) mostram que a ideia de representação, no que se refere ao ponto de vista moderno e liberal de democracia, está associada à delegação de poderes. O termo também pode ser associado, através de elementos como textos, imagens e sons, a “falar por” ou “falar sobre” categorias ou grupos sociais em determinados contextos simbólicos das artes e das indústrias da cultura. Deitando-se um olhar crítico sobre esse contexto, a “sub-representação ou representação distorcida de identidades sociais nos meios de comunicação de massa se consolidou, desde os anos 60, como um dos temas centrais da agenda dos estudos culturais e midiáticos” (FREIRE, 2004, p. 1).

Por decorrência da hegemonia de alguns grupos, o papel da mídia em importantes processos da vida em sociedade se constitui, por vezes, como problemático. Um dos efeitos que se verifica como desdobramento da *agenda setting* é a contextualização e o aprofundamento de determinados temas ditos de natureza pública ou de relevância social, ou seja, aqueles acontecimentos que sustentam o que se afirma ser de interesse público. A esse procedimento informativo, dá-se o nome de tematização. Segundo Wolf (2010), “tematizar um problema

significa, na verdade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade e sua significância em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada”.

Em geral, os resultados pretendidos com o uso desse recurso é colocar um problema em voga, para que dele se faça um juízo. O tema é reafirmado como um problema de “significado público”, e por isso, é necessário que se reivindique uma solução (ROSITI *apud* WOLF 2010, p. 71).

Os estudos de Paulo Vaz trazem uma análise macro da agenda adotada pela mídia brasileira, tendo como base o jornal *O Globo*, ao longo dos anos em que se sucedeu a ditadura militar. A pauta, nesse período, voltava-se para a questão do desemprego (19%), da habitação digna (19%) e da saúde (8%). A instabilidade econômica e a precariedade dos serviços públicos impulsionaram essas temáticas no noticiário, que tinham muito mais a ver com a “incompetência do Governo Militar”, do que com um anseio por justiça social. O autor também coloca que o aumento dos números relacionados a violência começava a ganhar destaque, porém de maneira tímida, pois se vivia a época “da polícia mineira que, tal como as atuais milícias, agia na informalidade a partir de uma lei própria”, e cita como exemplo os Irmãos Metralha (VAZ, BAIENSE, 2011, p. 4).

A partir da década de 1990, as narrativas midiáticas iniciam uma agenda pautada na segurança pública. No ano de 2010, já com a expansão das UPPs, em um universo de 90 matérias analisadas, 38% representavam as favelas como território sitiado e 29% como fonte de violência (VAZ, BAIENSE, 2011, p. 4). Na política, segundo a socióloga Jacqueline Muniz (2018)⁵, esse cenário se refletiu no apelo aos generais, com uma grande gama de candidatos políticos fazendo campanha com seus “generais de estimação” ao lado.

A partir disso, surgem narrativas que englobam manchetes construídas com o plano de fundo da segurança contraposta ao terror: medo nas ruas, caos na cidade, narrativas da lei e da ordem para os desordenados, controle social, reivindicação de medidas extremas. Para materializar os estudos de Vaz, e entender como o agendamento e a mediação se encaixam nessa engrenagem, irá se tomar por base uma matéria⁶ publicada pelo jornal *o Globo* em 24 de setembro de 2004.

⁵Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QmzCGOTtblw&ab_channel=EnspFiocruz>. Acesso em 16 mai. 2018>. Acesso em: 14 mar. 2018

⁶Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040929>>. Acesso em: 14 mar. 2018

A matéria pode ser vista como o ponto alto do que a própria editoria do jornal nomeou como onda de violência. Ente 1 de setembro de 2004, e 29 de setembro de 2004, foram publicadas na edição principal, ocupando espaço na capa do jornal, nove matérias com as seguintes chamadas:

⁷ Título: Assaltantes tinham mapa de trilhas.
⁸ Título: A gangue que atua nos sinais. Subtítulo: Vinte menores atacam motoristas em rua do Leblon.
⁹ Título: Tráfico prepara guerra por morros da Zona Sul. Subtítulo: Polícia ocupa Rocinha, Vidigal, Pavão/Pavãozinho e Cantagalo. Tiroteio provoca pânico em Ipanema.
¹⁰ Título: Granada em boca de túnel para trânsito na Lagoa. Subtítulo: Divisão Antibombas da Polícia Civil já apreendeu 480 explosivos este ano.
¹¹ Título: Assaltantes usam granada na Tijuca.
¹² Título: Presos ladrões de bicicleta. Subtítulo: Dupla é surpreendida por policiais à paisana na orla do Leblon.
¹³ Título: Presos 10 de disque droga na Zona Sul.
¹⁴ Título: ‘Bonde’ rouba e joga granada na Radial Oeste.
¹⁵ Título: Tiroteio na Rocinha leva pânico a motoristas.

Tabela 1: chamadas publicadas na capa do jornal *O Globo* entre 1 de setembro de 2004 e 24 de setembro de 2004. Elaboração própria.

Ao se deitar um olhar mais minucioso sobre a tabela acima, pode-se retirar algumas palavras-chave com relação a representações sociais: “gangue”, “menores”, “bonde”, para se referir aos que praticavam ações que estão em desacordo com a lei. Das nove matérias, seis se referiam a acontecimentos na Zona Sul do Rio de Janeiro, com destaque para Ipanema e Leblon,

⁷Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040902>>. Acesso em: 14 mar. 2018

⁸Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040917>>. Acesso em: 14 mar. 2018

⁹Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040904>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹⁰Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040911>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹¹Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040914>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹²Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040915>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹³Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040916>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹⁴Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040918>>. Acesso em: 14 mar. 2018

¹⁵Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020040922>>. Acesso em: 14 mar. 2018

e três a Tijuca. Em todas elas, a narrativa do medo estava associada às vítimas moradoras da Zona Sul, mesmo que os locais de conflito direto fossem a Rocinha ou outras favelas.

A matéria de 29 de setembro de 2004 leva ao ápice a agenda do jornal. A chamada traz fotos-sequência de adolescentes negros na praia do Leblon assaltando moradores e turistas na região, sob o seguinte título na capa: “À luz do dia e no Leblon. O que falta mais?”. Além disso, se refere aos adolescentes como “menores” e, em seguida, “pivetes”, e nomeia o ato praticado por eles como cenas de “selvageria” e “brutalidade”. A reportagem completa, no corpo do jornal, traz o título: “Um dos lugares mais bem policiados do mundo”, com mais fotos-sequência dos adolescentes, em ironia a declaração dada pelo comandante do 13ª BPM do Leblon sobre o bairro ser um dos mais policiados do mundo. A matéria traz algumas aspas de moradores do bairro, como: “O bando desce a Afrânio, possivelmente vindo da Cruzada São Sebastião”, e a fala do presidente da associação de moradores do Leblon, João Fontes, que afirma: “Precisaríamos de pelo menos dois mil homens aqui. Há muitos policiais deslocados para cuidar dos problemas nos morros do entorno do bairro”. Também há destaque para a fala do secretário municipal de turismo, Rubem Medina, que afirma que é necessário utilizar mais recursos para conter a situação, defendendo a participação das forças federais, e das Forças Armadas.



Imagem 1: capa do jornal O Globo em 29 de setembro de 2004.

Tratando-se de agendamento, a pauta é a zona sul, os morros e a violência. Os efeitos cumulativos podem ser notados com a série de outras matérias aqui citadas que possuíam o mesmo plano de fundo. A tematização, conceito explicitado neste tópico, coloca o problema em voga e clama por uma solução: “O que falta mais?” – título da matéria principal – é a pergunta retórica feita pelos vitimados moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro às autoridades públicas. Com relação a mediação, todas as matérias aqui reunidas ocupavam a capa da principal edição do principal veículo impresso da empresa de comunicação. No mesmo dia 24 de setembro de 2004, ocorreu no morro da Providência, localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, a aproximadamente 15 km do Leblon, a execução de dois jovens rendidos, moradores do local. O caso foi noticiado pela *Folha de São Paulo*¹⁶, e pelo jornal *O Dia*¹⁷, cuja equipe estava presente no helicóptero da polícia e documentou a cena. Esse fato foi rejeitado pela zona de filtragem do jornal *O Globo*. Fica clara aqui, também, a relação dos *gatekeepers* com o controle social: é necessário que eles façam a mediação da relação da sociedade “desviante”, essa que está em conflito com a ordem, com a sociedade formada pelos “cidadãos de bem”, aquela que é afetada pelos primeiros.



Imagem 2: ação de policiais do Core do morro da providência, em 29 de setembro de 2004.

A exposição dos fatos, em si, já alerta para inúmeras problemáticas as quais poderiam se alongar este trabalho. Nota-se que todas elas perpassam o caminho das narrativas do medo,

¹⁶Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2909200401.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2018

¹⁷Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-10-02/arquivado-no-stj-inquerito-sobre-mortes-na-providencia.html>. Acesso em: 17 mar. 2018

da violência, e da repressão institucionalizada pelo anseio de políticas públicas de segurança voltadas para resolver os problemas da Zona Sul, advindos das favelas do entorno, como afirmado nas matérias. Para entender como foram criadas e legitimadas pela mídia essas narrativas, irá se discorrer de maneira mais aprofundada a seguir sobre a relação entre a mídia, a segurança pública e a repressão – materializada pelo sentimento de medo.

3 MÍDIA, SEGURANÇA PÚBLICA E REPRESSÃO

Se tratando de construção da realidade, a relação das mídias com a violência e as políticas de segurança ilustram verdadeiramente a maneira como se ergue e se rege o imaginário social. Como mencionado anteriormente, é parte fundamental deste trabalho entender como foram criadas e legitimadas as narrativas do medo pelo discurso midiático e como elas se relacionam com as políticas públicas de segurança de caráter repressivo. O agendamento e a mediação estão inseridos nessa problemática como recursos utilizados para fomentar determinadas posições, e disseminar determinadas ideias na sociedade civil – muitas vezes através dos formadores de opinião.

Nesse sentido, o presente estudo dedica-se a partir desse capítulo, a questionar se, e como a segurança pública e a mídia funcionam como atores da construção de um cenário propício ao possível surgimento de políticas que tratem mais as consequências, do que as causas dos problemas sociais no país. Também se discutirá a maneira como foram instituídas e afirmadas as identidades dos sujeitos classificados como *outsiders*, os desviantes, e de que maneira se ergueu regras e parâmetros para identificar os desvios, uma temática que se apresenta como continuidade do tratamento dado aos afrodescendentes deste país nos tempos de escravidão.

O resultado dessa tríade acarreta sérios problemas estruturais para a sociedade brasileira. Desde a opção por medidas de caráter emergencial, como foi a intervenção militar na segurança do Rio de Janeiro, como as ações pensadas para surtir efeitos a longo prazo, como as já conhecidas UPPs. Como afirma Soares, a consequência é uma “política de segurança pública que faz corar os saudosistas dos anos setenta: extermínio, opressão policial contra marginalizados do tipo camelôs e flanelinhas, perseguição a consumidores de drogas” (SOARES, 1996, p. 309).

3.1 Narrativas do Medo e Processos Raciais Históricos

Para entender as origens dessa temática, é preciso se valer da história para compreender como foram enraizadas e propagadas, ao longo do tempo, essas narrativas que serviram, na maioria dos contextos, para perpetuar posições de poder em determinadas sociedades.

A autora Vera Malaguti (2003) faz um grande levantamento a respeito desse caráter histórico, trazendo contribuições extremamente relevantes e que se adequam às ideias aqui propostas. Ela trabalha com uma divisão do medo em três tempos, focalizando o Brasil, em

especial a cidade do Rio de Janeiro, desde épocas coloniais até os tempos atuais, passando pelas influências coloniais europeias.

Em um primeiro momento, a autora discorre sobre a história cultural do medo e seu impacto difusor na vida social e política de uma sociedade. Ela toma por recorte a Europa da Idade Média, assolada por um clima de medo das grandes guerras, das variadas pestes e doenças as quais a medicina ainda era incapaz de conter, e muito atravessada pelo discurso religioso católico da culpabilização, do medo do pecado e daquilo que coloca em xeque a santidade e a castidade humanas. A instrumentalização mais radical desse pensamento, a Santa Inquisição, foi às últimas consequências quando levou à fogueira as mulheres acusadas de envolvimento com feitiçarias ou bruxarias. Esse universo, defendido pelos inocentes e inconscientes de boa fé impulsionados pelas ordens e pelo medo impostos pela poderosa igreja, escondia o interesse por trás dessa ânsia de queimar os pecadores: a ânsia por possuir as terras herdadas pelas esposas dos maridos que morriam nas guerras. A cultura cristã também se valeu desse discurso porque se sentia ameaçada pela “Peste Negra, pela Guerra dos Cem Anos, pelo avanço turco, pelo Cisma e pelas Cruzadas” (DELUMEAU *apud* MALAGUTI, 2003, p.31).

Esse apreço pela proteção do poder através dos discursos do temor também se verificou na sociedade brasileira pós-independência, nos primórdios de sua formação urbana. Segundo Malaguti (2003), o medo atingiu todas as esferas da vida carioca, desde a política econômica, até as políticas sanitárias, assumindo uma espécie de sentimento de distanciamento e prevenção contra as populações mais empobrecidas. Neste momento, a ideia defendida pela elite era a de que se fazia necessário conter o crescimento da presença de afrodescendentes no país, pois havia o grande temor de que acontecesse uma “africanização” da nação que se erguia. No Rio de Janeiro, isso se verificava na posição simbólica que a cidade ocupava: abrigava a maior população de negros escravizados da América do Sul e do Norte. Não à toa as regiões do entorno da Praça Mauá, no centro da cidade, onde se localizava um dos mais importantes portos de navios negreiros da época, ficou conhecida como região da pequena África¹⁸.

Em um segundo período, Malaguti (2003) reflete sobre o temor advindo da escravidão com relação aos seus possíveis efeitos colaterais para as elites. O estado da Bahia ostentava muitas pessoas em situação de escravidão, e continha, na região de Salvador, uma grande quantidade de terreiros religiosos e quilombos. Isso fazia com que os negros fossem mais organizados, bem como despertassem mais atenção das autoridades. Constantemente, a cidade

¹⁸Expressão atribuída ao compositor, cantor e pintor brasileiro Heitor dos Prazeres.

era palco de motins e rebeliões impulsionados por aqueles que não se conformavam com as condições a eles impostas. Os contrastes entre a vida dos trabalhadores livres e a deles, a criminalização de seus costumes e religiões, somado a grande repressão e humilhações públicas geravam cada vez mais insatisfações. Organizadas através de suas crenças, a religião islâmica se tornou também um inimigo a ser combatido. Ela era especialmente ameaçadora para as elites, dentro de um contexto onde as religiões africanas eram ilegais: “o islã tinha o potencial de unir vários grupos étnicos. Não representou apenas a ideologia de uma classe (...), revela-se para o senhor brasileiro como o retrato do outro de corpo inteiro, não dividido” (REIS, 2003, p. 138). Ainda segundo o autor, “foi duro para uma sociedade onde a etnia dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeta, aceitar que os escravos africanos possuíam meios sofisticados de comunicação” (REIS, 2003, p. 128).

É dentro desse contexto que eclode, em 24 de janeiro de 1835, um levante de luta direcionado especificamente às forças armadas do governo. As elites se apavoram: “a Revolta dos Malês foi um marco no imaginário do medo naquela época. Um clima de histeria tomou conta de Salvador. O espectro da revolução Haitiana já assombrava as mentes senhoriais” (MALAGUTI, 2003, p. 25).

O acontecimento trouxe uma série de represálias para os negros que não foram mortos, e as punições optaram pela lógica da arbitrariedade e do “caráter exemplar”. Uma onda ameaçadora assolou a cidade, impulsionada pela histeria das elites, que encabeçaram severas medidas de repressão. O decreto de 14 de julho de 1838¹⁹ estabelecia uma série de ações de prevenção contra novos possíveis levantes, como o fato de nenhum escravo poder circular pela cidade sem portar consigo uma autorização, por escrito, assinada por seu senhor de engenho. Também começaram a ser presos como “suspeitos” os negros que se comunicassem, ou ao menos soubessem escrever em árabe: “talvez o mundo do islã militante, democrático, impregnando de um orgulho étnico fosse o que mais apavorasse as elites baianas” (REIS, 2003, p. 243).

Na última etapa, o medo se materializa na contenção material e simbólica das classes pobres. O processo de desenvolvimento das elites não incluiu as classes baixas, ao contrário, as explorou e reprimiu. Se constituiu, portanto, no século XIX, a mesmíssima lógica que pode ser observada atualmente: as forças repressivas são necessárias porque “o projeto de construção da

¹⁹Decreto de lei de 14 de julho de 1838 – Leis e decisões do Governo – 1830, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ordem burguesa no país se deparou sempre com o medo da rebeldia negra” (MALAGUTI, 2003, p. 36). O crescente desenvolvimento das áreas urbanas alargou as avenidas e se apoderou dos espaços ocupados pelas classes populares, fazendo com que elas se aglomerassem em condições de moradia e de vida extremamente indignas: “no censo de 1849, o Rio de Janeiro tem a maior população urbana das américas” (CHALHOUB 1990 *apud* MALAGUTI, 2003, p. 36); a ocupação dos espaços públicos por essas classes era vista com olhos de receio; as práticas advinhas das raízes africanas como as danças, as religiões, e em especial, a capoeira, eram demasiadamente recriminadas e repreendidas como atividades que desafiavam a ordem vigente. O receio de que isso causasse levantes e tumultos era a grande questão da burguesia à época.

Apresentado esse cenário, é possível ter uma visão ampla sobre como se constituiu a sociedade brasileira, em especial a carioca, em que se vive hoje: a manutenção dos trabalhos braçais e serventes às populações negras; a criminalização das religiões de matrizes africanas e os ritmos advindos das favelas cariocas, objetivada na discriminação ao funk; e a instrumentalização das forças armadas como aparatos de controle social, amparados no discurso moral da política de guerra às drogas.

3.2 “Medo Branco” e Representações Sociais

No sentido de aprofundar a temática do medo e reconhecer aspectos cruciais do chamado “medo branco”, é preciso voltar a conjuntura dos anos pós-assinatura da Lei Áurea. O medo que se origina desse quadro, inspirados nos três momentos apresentados por Vera Malaguti, pode ser melhor trabalhado e analisado quando se toma por base a formação da sociedade carioca após 1988.

Em “medo branco de almas negras”, o historiador Sidney Chalhoub investiga o antagonismo entre a população negra da cidade do Rio, e os governantes e burocratas das primeiras décadas da República. Chalhoub (1988) afirma que havia uma relação de extrema insatisfação entre esses dois grupos. Esse sentimento tem suas origens no repúdio às perseguições às diversas manifestações culturais desse povo pelo regime republicano.

Os negros, imbuídos de forte senso identitário, causavam inquietação à ordem estabelecida:

os republicanos talvez tenham tido a intenção de transformar os pobres urbanos em trabalhadores assalariados disciplinados e higienizados. Mas certamente as ações dos escravos, libertos e pretos pobres da Corte contra a escravidão nos anos 1880 – e mesmo muito antes – não significaram de forma alguma um apoio tácito ou explícito a qualquer projeto político das elites. Estes movimentos das ruas tinham sua dinâmica própria, profundamente enraizada num modo de vida urbano minuciosamente tecido

pelos negros durante muitas décadas de luta subterrânea e silenciosa contra o cativeiro ao longo do século XIX. Os escravos libertos do Rio haviam instituído uma cidade própria, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, que solapou a instituição escravidão sem nunca realmente confluir para qualquer projeto ou delírio disciplinador (RIO, João do., 1987, p. 160).

Nessa muito pertinente narração de João do Rio concernem alguns dos mais enraizados medos. No entanto, para os republicanos, tratava-se de uma massa de indivíduos “rebeldes” e “selvagens”, sem “senso de consciência” e “orientação para o bem”, e formadores de uma cidade “impura, viciada e desconhecida (CHALHOUB, 1988, p. 87). Entre as autoridades, havia forte receio e desconfianças constantes com relação a possíveis insurreições e conspirações nacionais e internacionais, tendo como os fantasmas – como já mencionadas – as revoltas dos Malês e do Haiti, respectivamente. Também havia indícios de uma cooperação internacional que reunia escravos e libertos na luta pela liberdade. O código de posturas de 1838²⁰ é rigoroso e detalhado no que era permitido, em especial com relação a movimentação dos negros pela cidade. Ele afirmava que os donos de casa de negócios não podiam permitir “em suas portas, pessoas cativas sentadas, ou a jogarem, ou paradas por mais tempo do que o necessário para fazerem compras” (CHALHOUB, 1988, p. 87).

Como afirma Chalhoud, “os republicanos tiveram medo da cidade negra, da cidade diferente. Um medo profundo, enraizado na percepção da racionalidade e da ocorrência dos movimentos antinômicos dos negros escravos e livres (CHALHOUB, 1988, p. 104)”.

Sendo assim, pode-se listar alguns fatores essenciais para a construção do medo branco: o primeiro deles é a sombra de outras insurgências pelo país e pelo mundo, que chegaram a construir a crença em uma conspiração supranacional pelos negros, ainda que eles mal pudessem circular pelos espaços ou permanecer em um espaço por muito tempo, bem como coloca o código de posturas de 1838. O medo branco também incluiu o horror a ideia de o país se tornar uma nova África, devido a quantidade de escravos presentes no território nacional, fator de importância para a assinatura da Lei Áurea. Como consequência disso, a elite branca do país temia sofrer com a violência generalizada imposta pelo enorme contingente de pessoas em condição de escravidão, o que jamais se consumou.

Esse resgate histórico é importante para entender as dinâmicas de representação social dos tempos atuais. Tomando-se por base o código de posturas de 1838, as leis do século XXI diferem em muito do que se tinha nos anos coloniais, no entanto, se verifica que na prática a

²⁰Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ano de 1830, título sexto, parágrafo oitavo, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

realidade contrária a teoria. Os grupos historicamente estigmatizados continuam a ocupar as editorias de crime, violência e segurança, e permanecem sendo os maiores afetados pelas posições que ocupam na sociedade.

Para entender essa permanência, traz-se os pensamentos de Becker (2008) e seu estudo sobre os *outsiders*: uma pessoa que presumivelmente infringiu uma regra imposta (BECKER, 2008, p. 15). O autor traz análises extremamente pertinentes a respeito da construção da figura do sujeito infrator, denominado na obra de sujeito desviante, e discorre não somente sobre ele, mas especialmente sobre o desvio em si, e sua idealização. Becker (2008) afirma que um *outsider* é aquele que desvia das regras do grupo, e que esse desvio é criado pela sociedade. Para classificá-lo, é necessário saber como as outras pessoas reagem a ele. Porém, nem todos os indivíduos estão aptos a criar essas referências. Nas palavras do autor:

“Grupos sociais (dominantes) criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (BECKER, 2008, p. 22).

Essa conjuntura é a base para o que se pode chamar de construção social do crime, que como nos tempos da escravidão, se tornou um mecanismo de controle social por intermédio da acusação. Michel Misse traz contribuições de grande relevância para entender essa temática: aborda os conceitos de criminalização (a inclusão nos códigos legais de uma ação definida como crime pelas reações morais); criminação (colocação de determinado evento nesse código); incriminação (identificação de um sujeito como autor do crime); e sujeição criminal: “transfiguração do ato para o autor: ‘criminoso ‘contumaz’’: incorrigível ‘mau-caráter’, subjetividade essencialmente criminoso, má” (MISSE, 2010, p. 18-19).

A chave para entender a complexidade desses pensamentos e seu caráter atemporal, como mostrou a história com relação a representação dos negros escravizados e libertos, tem em seu cerne a ideia de que há nos grupos marginalizados uma tendência à prática de ações que vão na contramão daquilo que foi estabelecido como socialmente aceito: “Trata-se de um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável” (MISSE, 2010, p. 21).

3.3 Políticas Públicas de Segurança e Mídia

Para alcançar por completo a concepção das políticas de segurança como se conhecem hoje, é preciso explorar os contextos básicos e mais recentes nos quais elas estão inseridas. Segundo Nilo Batista (2018),²¹ os investimentos governamentais dos últimos tempos refletem a transformação do país em um Estado punitivo, de acordo com a lógica neoliberalista: o importante é garantir a propriedade. Dentro desse contexto, passou-se a acreditar que a militarização de todos os temas é o caminho, criminalizando-se tudo.

Para compreender o objeto da questão criminal, pensando em políticas de segurança pública, a primeira coisa que se deve entender, é: “qual é a demanda por ordem nas relações socioeconômicas?”. Vera Malaguti coloca a questão em entrevista²² concedida ao Café Filosófico, programa de televisão transmitido pela TV Cultura, que foi ao ar em 2011.

Seguindo a temática da ordem, Michel Misse (2018) questiona o uso dessa palavra, indagando o que seria, de fato, a “ordem pública”. O autor afirma que quando se pensa em segurança pública, o entendimento é claro: “trata-se do poder dos dispositivos de prevenção e repressão a inimigos identificados em lei do código penal e na lei das reduções penais”. Na constituição de 1988, a ordem é o objetivo da segurança pública, e quando é mencionada, não se trata de “ordenamento específico de respeito às leis, de seguir as regras, ou de institucionalidade, mas de algo como um ordenamento do público, e por ser público, não pode ser desordenado, desregulado ou ilimitado”. A questão, novamente, leva a refletir sobre quem está definindo o ordenamento público, e quem são os sujeitos que precisam ser identificados como desordeiros.

O autor também discorre sobre a transformação da política de segurança em guerra, afirmando que quando isso acontece, não há “convenções de Genebra”. Não se pode falar nem mesmo em direito penal dos indivíduos, pois a única coisa que existe é um inimigo a ser aniquilado e exterminado. Tanto a ordem pública quanto a guerra funcionam como “metáforas” políticas para a pretensão da paz. Nesse quadro, a violência funciona como o principal motivo ao qual se clama pela ordem e pela paz, e essa última justifica a guerra. No entanto, o que se nota na atual conjuntura brasileira, que já se sustenta por alguns anos, é a não mais separação entre bandido e violência, uma confusão que cria uma cadeia totalmente misturada, que segundo o autor, consiste em: violência se confunde com bandidos, esses com os traficantes de drogas, que por sua vez, se confundem com as facções do sistema penitenciário. Nesse desarranjo,

²¹Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jGkjLKpY21s&ab_channel=sintufrjufrj>. Acesso em 18 de mar. 2018.

²²Disponível em: <https://vimeo.com/145669816>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

também se confunde a localização dos bandidos com as favelas, ocupações e conjuntos habitacionais de baixa renda, e que por conseguinte, se confunde com seus moradores. Os meios de comunicação são muito eficientes em fazer essas associações, ainda que de forma implícita, utilizando-se das sub-representações sociais para construir sobre os indivíduos desígnios negativos.

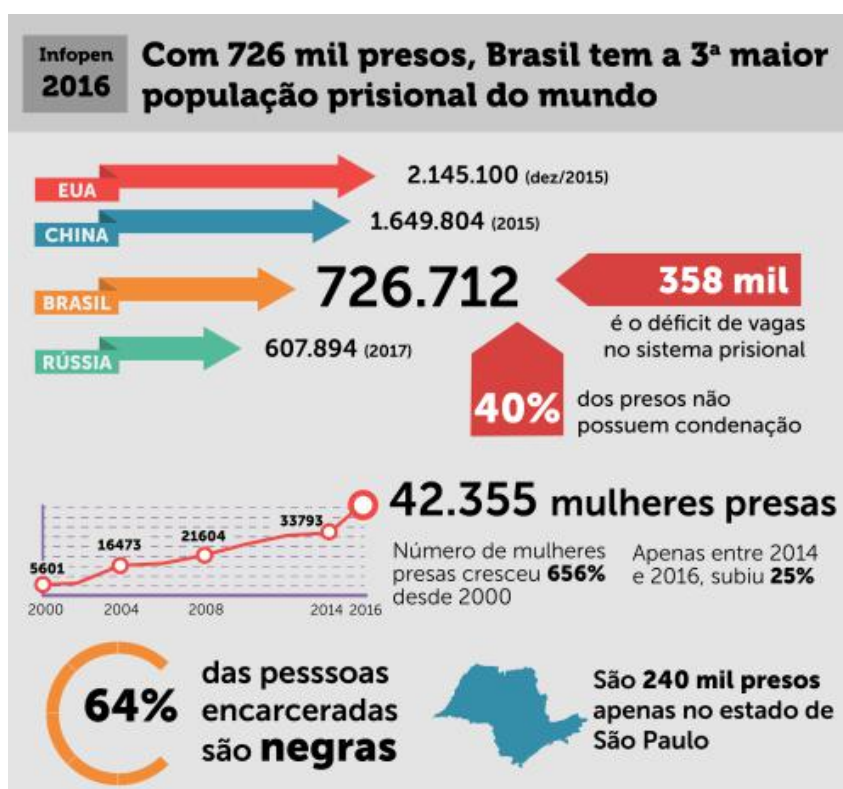
Nessa linha, segue a política de guerra às drogas, cujo objetivo declarado é o ataque a produção, distribuição e consumo das substâncias que se tornaram ilícitas por razões de saúde pública. Além de responder pela imensa maioria de homicídios ocorridos na América Latina, a política de guerras às drogas fracassou também em seus objetivos de instituição da ordem pública, e hoje se reserva a perseguição aos pobres varejistas armados nas favelas.

Michel Misse (2018) cita o exemplo do México. Em 11 dezembro de 2006, o então presidente do país, Felipe Calderón, decidiu enviar mais de 4000 soldados, 1000 fuzileiros navais, 1500 policiais e 50 promotores de justiça ao estado de Michoacán, oficializando a guerra do Estado contra o narcotráfico no México. Até então, o país vivia o período mais pacífico de sua história recente. Alguns anos depois, os resultados dessa ação começaram a ser sentidos: em 2007, a taxa de homicídios era uma das mais baixas da América, menos de 10 por 100.000 habitantes, e desde então, a taxa mais que dobrou. A corrupção das forças policiais também começou a se estender para as Forças Armadas do país, mostrando que a tática de combate em relação ao devido tema, é falha. Ele precisa ser encarado e debatido pelas lentes da possível legalização, da regulação estatal, com políticas públicas adequadas para se assegurar um consumo e produção conscientes, ou então, o que se verá, é mais da ilustração abaixo:



Fonte: Justificando – Carta Capital

Essa política de segurança punitiva também é base para outra problemática nacional: o encarceramento em massa. Com 726 mil presos, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo²³. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), os números mostram que, em dezembro de 2014, a população carcerária era de 622.202 presos. Houve, portanto, um crescimento de mais de 104 mil pessoas. Além disso, cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda não possuem condenação judicial, e por isso permanecem encarcerados até que saia a sentença. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros.



Fonte: Infopen 2016



Fonte: Infopen 2016

²³Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 18 de mar. 2018.

Nas imagens acima, o perfil da população encarcerada não foge muito das representações sociais já citadas aqui. É possível perceber também o baixo índice de pessoas com acesso a educação e trabalho, e os crimes que mais motivam a prisão de pessoas: os roubos, e o tráfico de drogas.

A reflexão que este estudo busca fazer, ao discutir sobre a política de guerra às drogas e o sistema de encarceramento em massa como políticas institucionalizadas de segurança, empreendidos pelos governos brasileiros – tanto os de esquerda (progressistas), quanto os de direita (conservadores) – visa identificar algum tipo de ligação com o passado histórico no país.

Escravos no Calabouço do Rio de Janeiro por ordem judicial, 1857-58²⁴. Motivos das prisões:

Ofensa	Total	%	Origem		Sexo	
			Brasil	África	Homens	Mulheres
Capoeira	81	31,0	27	54	81	0
Ser castigado	69	26,4	18	51	62	7
Fugido	28	10,7	9	19	25	3
Fora de horas	25	9,6	7	18	24	1
Desordem	14	5,4	4	10	13	1
Furto	12	4,6	5	7	12	0
Uso de armas defesas	7	2,7	1	6	7	0
Insultos	7	2,7	4	3	5	2
Averiguações	6	2,3	3	3	6	0
Embriaguez	4	1,5	2	2	3	1
Entrar em casa alheia	3	1,1	1	2	3	0
Desobediência	2	0,8	1	1	2	0
Espancamento	1	0,4	0	1	1	0
Insubordinação	1	0,4	0	1	1	0
Jogos ilícitos	1	0,4	1	0	1	0
Nada consta	27	10,3	10	17	25	2
TOTAL	288	100,0	93	195	271	17

²⁴Tabela retirada do estudo: “O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX”, de Tomas Holloway, 2009.

A tabela acima traz um resgate histórico sobre as prisões ocorridas no Brasil do século XIX. Relata as “ofensas”, que representam o motivo das prisões por ordem judicial, o número de pessoas e a porcentagem de negros presos de acordo com cada razão. Há mulheres e homens, brasileiros e africanos. Analisando-se a tabela, constata-se que o maior número de escravos foi preso pelo motivo “capoeira”. Segundo Holloway (2009), essa era uma ofensa que sequer foi mencionada em órgãos judiciais à época. Não apareceu no código criminal do Império, nem nas posturas municipais do Rio de Janeiro. Sendo assim, “quase a terça parte dos presos que as autoridades policiais e judiciárias mandaram ao Calabouço, segundo a matrícula oficial, o foram por um motivo que não era contravenção de nenhuma lei” (HOLLOWAY, 2009, p. 8). Além disso, as ofensas mostram que, mais que repudiar os costumes das pessoas em situação de escravidão, ou dos negros em liberdade no país, é necessário criminalizar seus costumes e praticar uma política de controle que fosse eficiente na contenção desses indivíduos.

Desse modo, a política empreendida atualmente no Brasil parece estar funcionando como um novo jeito de escrever a mesma história. Como se os motivos de prisão atuais tivessem se transformado no novo pretexto para prender as mesmas pessoas – com a mesma cor e classe – dos tempos do Brasil Colonial. No entanto, se apresentando em uma estrutura racial mais sutil, e com causas pouco mais refinadas que “capoeira”, e “embriaguez”, como mostra a tabela acima.

Ao analisar os momentos do medo, Vera Malaguti (2011) expõe o fato de que as rebeliões escravas não foram tratadas sob a lente de um ato político, mas criminal. Não houve o questionamento, em nenhum momento, da estrutura extremamente hierarquizada daquela sociedade, o motivo primeiro para que surgissem os levantes. A autora cita, para dar vida a ideia, o trecho de um antigo jornal do Rio de Janeiro, chamado Pão de Açúcar, em que o editorial diz: “precisamos ter uma polícia que a nós, inspire confiança, e aos escravos, infunda terror.” E ela completa afirmando que as políticas de segurança que se seguiram no país tem seus fundamentos nessa lógica de ordem.

De acordo com Lima, Bueno e Mingardi (2016), a redemocratização da política brasileira nos anos de 1980 foi acompanhada pela demanda por uma nova constituição também da polícia nacional, onde as relações entre a instituição e a sociedade fossem diferentes da figura que foi construída nos anos de ditadura militar. Porém, o que se nota é uma reprodução dos laços realizados com o governo ditador, incluindo-se a segurança pública, que segundo os autores, “acaba subsumida às forças policiais e, mesmo após a Constituição de 1988, não

consegue ser pensada para além da gestão da atividade policial e da lógica do direito penal” (D. LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. 2016, p. 50).

Nesse sentido, é possível perceber o mesmo método que teve suas origens na sociedade escravocrata, e mais tarde elevada à níveis insustentáveis na ditadura militar. Tomando-se por base as práticas policiais das corporações do Rio de Janeiro, fica evidente que não houve uma transformação da estrutura e da mentalidade de anos atrás.

Em entrevista²⁵ realizada em 1997, para o documentário *Notícias de uma Guerra Particular*, de Kátia Lund e João Moreira Salles, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Luz, faz uma profunda análise sobre a estrutura da sociedade brasileira e as políticas repressivas institucionalizadas na Polícia Civil, criada para dar suporte investigativo, e na Polícia Militar, criada para atuar na prevenção e policiamento ostensivo. Ele afirma que a instituição como se conhece hoje, foi criada para ser violenta e corrupta, e pensada para fazer a segurança do Estado e da elite. Sua missão é proteger o patrimônio, e para que isso seja feito, é permitido e tolerado o uso da violência sem medida. Hélio defende que, de acordo com o sistema, não é possível tratar da mesma maneira o cidadão das classes baixas, e o cidadão da classe dominante, pois esse último não aceitaria se sujeitar aos processos de entrar em um inquérito, em uma ação penal e ser julgado. Em decorrência disso, as pessoas não são e não podem ser iguais perante a lei, pois é isso que garante a eficiência do modelo policial. Desse modo, a polícia é extremamente eficiente, pois ela cumpre bem o seu papel de proteger ao Estado e a classe dominante.

A partir da década de 1990, segundo o ex-delegado de polícia, houve grande clamor público por uma polícia que prezasse pela segurança da sociedade, e não apenas pela segurança do Estado, e que também fosse livre da corrupção já conhecida. Uma “polícia de primeiro mundo”, como coloca Hélio, é uma polícia não violenta e não corrupta, mas a sociedade brasileira não se adequaria a ela. Ele cita como exemplo a atuação na Zona Sul da cidade, em que haveria mandato de prisão coletivo na Delfin Moreira, no Leblon, ou a prisão dos jovens que usam maconha e cocaína no posto nove de Ipanema, como acontece nos países desenvolvidos, mas se restringe às favelas no Brasil. Ele alega que essa polícia trabalha com um tipo de abordagem que trata a todos os indivíduos de maneira igual perante a lei, e isso não seria tolerado. Não em uma sociedade capitalista aos moldes brasileiros.

²⁵Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kBNIU3n4BDE&ab_channel=MassaFalidaFilmes

Nesse sentido, quando há sequestros, assaltos, roubos na rua ou infrações do tipo, afirma Hélio Luz, as ações são direcionadas para a favela, em benefício e proteção do Estado, pois é preciso manter a favela sobre controle. Ele questiona: “como é que você mantém dois milhões de habitantes, ganhando 112 reais²⁶ por mês, sob controle e calmos? Com política de repressão”. O projeto de polícia vigente foi criado, portanto, segundo esse raciocínio, justamente para esse objetivo, e ele é eficiente no sentido de manter as desigualdades que se perpetuam na sociedade. Discorrendo sobre a relação da polícia com os morros, ele reafirma: é uma relação de pura e exclusiva repressão: “é preciso que o excluído seja conformado com sua condição, vá trabalhar, e volte sem demonstrar sua insatisfação”.

Pode-se afirmar, portanto, que há uma complexa engrenagem que engloba: o desejo de manutenção das desigualdades socioeconômicas no país, a construção de um aparato que garanta que essa estrutura se mantenha através do uso da violência, e um dispositivo midiático que interligue todos esses pontos e fomenta nas pessoas, dependendo da posição que ocupam na escala social, encorajamento ou medo, dependendo também dos momentos propícios para cada uma dessas sensações. As representações sociais aqui apresentadas são as mesmas dos grupos que ocupam os espaços reservados à segurança pública da mídia brasileira, que através de ferramentas como o agendamento e a mediação, confirmam e reafirmam diariamente os mesmos estereótipos de cem anos atrás. “As transformações tecnológicas e o controle da indústria da mídia resultariam numa tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade” (GATTARI, 1992 *apud* MALAGUTI, 2014, p. 33). Segundo Malaguti, essas são as bases para afirmar que a política social dos tempos atuais está suplantada pela política neoliberal penal, e “a qualquer diminuição de seu poder, os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os ‘novos tempos’” (MALAGUTI, 2014, p. 33).

3.4 Mídia e a Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro

Temáticas como agendamento, mediação e as narrativas do medo e suas facetas auxiliam no entendimento das políticas de segurança pública implementadas no país. A mais recente delas está materializada no decreto de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, pelo presidente interino Michel Temer, no dia 16 de fevereiro de 2018. O objetivo do decreto, válido até 31 de dezembro de 2018, “é pôr termo a grave

²⁶Valor do salário mínimo à época: <http://radames.manosso.nom.br/palavras/politica/o-valor-real-do-salario-minimo-nos-ultimos-vinte-anos/>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”²⁷. O cargo de interventor foi preenchido pelo General do Exército Walter Souza Braga Netto, que fica submetido ao presidente da República, mas sem estar “sujeito às normas estaduais que conflitarem com as medidas necessárias à execução da intervenção”. Nesse sentido, o governador do Estado perde toda a sua autonomia com relação às suas atribuições no que concerne à segurança pública, sendo assumido pelo interventor “o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança”.

Para esmiuçar melhor as nuances e desdobramentos dessa decisão, pouco justificada e retida novamente ao discurso da lei e da ordem, é preciso entender o cenário no qual ela está inserida. Primeiro, a criação do que se chamou de ministério extraordinário da segurança pública. Os ministérios, em geral, são a principal moeda de troca entre os políticos brasileiros. Cabe ao presidente fazer a nomeação de quem ocupa a chefia de cada um deles, o que no Brasil se configura como um favor concedido para garantir apoio político para governar. Uma recente e inédita pesquisa da universidade de Oxford²⁸, nos Estados Unidos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), divulgada pela BBC Brasil, mostra quais são os ministérios mais cobiçados, e os mais rejeitados no Brasil. O resultado relata que, entre as pastas mais cobiçadas, tem-se: Cidades, Planejamento e Fazenda. Já as mais rejeitadas são: o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – as duas últimas perderam o caráter de ministério no governo Temer, que as transformou em secretarias. Também despertam pouco interesse as pastas de Direitos Humanos, Esportes, Turismo e Cultura.

O não tão novo ministério extraordinário da segurança já existia, com o nome de ministério da justiça e segurança pública. O ministro da defesa, Raul Jungmann, foi substituído pelo general Joaquim Silva e Luna, primeiro militar a ocupar a pasta desde que o ministério foi criado, em 1999. Silva e Luna, no entanto, já foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU)²⁹, em 2013, por irregulares decorrentes de acordos feitos durante os Jogos Mundiais Militares de 2011. Sendo assim, o que ocorreu em 2018 foi a renomeação do ministério, com a proposta de fazer do Rio de Janeiro uma espécie de zona de teste para as novas soluções

²⁷Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm>. Acesso em 18 de mar. 2018.

²⁸Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

²⁹Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,novo-ministro-da-defesa-foi-condenado-no-tcu-por-irregularidade,70002205469>

pensadas, as quais foram amplamente acolhidas e noticiadas pela mídia como uma medida que responderia a altura o que se chamou de Carnaval mais violento da história, e cenário de caos estabelecido.

O governo, enfrentando grave crise de legitimidade e alegando rombo nos cofres públicos, se fez valer do que Nilo Batista (2018)³⁰ denominou de “manobra publicitária”, acrescentando que ele se sustenta servindo aos interesses das oligarquias brasileiras, com medidas extremamente impopulares. A militarização da segurança veio em um ano eleitoral, e o decreto interrompe a votação da reforma da previdência, sem apoio popular e do Congresso.

O decreto foi bem recebido e amplamente noticiado pelos grandes veículos de comunicação, que em sua maioria aprovaram a medida, sempre embasados no discurso da contenção do caos e da desordem. O assunto também chegou a ser o mais comentado no *Twitter*³¹, e gerou posições diversas em outras redes sociais. Organizações não-governamentais se posicionaram contra a norma, e juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA)³², alertaram para os riscos de violação de direitos decorrentes da medida.

Apontado por críticos como uma amostra marcante que se toma como um dos resultados preliminares do decreto, foi o assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, executada antes de se completar um mês da intervenção militar no Rio de Janeiro. Em 28 de fevereiro, ela havia sido nomeada redatora da comissão que acompanharia as possíveis violações de direitos humanos decorrentes da intervenção, cuja qual se posicionou publicamente contra. Alguns dias antes de ser morta, denunciava em seu perfil, no Facebook, ações violentas da polícia militar na favela do Acari, região norte do estado. Os policiais a quem dirigiu a denúncia são do 41º batalhão de polícia, o mesmo que abriga os assassinos dos cinco jovens mortos com 111 tiros em Costa Barros³³, em 2015. Segundo levantamento do Extra (2017), PMs do batalhão de Irajá mataram uma pessoa a cada 60h desde o início de 2017³⁴, e todos os casos contam com a mesma justificativa: autos de resistência, quando o policial executa a vítima alegando legítima defesa.

³⁰Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jGkjLKpY21s&ab_channel=sintuftrjufrj

³¹Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/veja-a-repercussao-da-intervencao-do-rio-nas-redes-sociais-16022018>

³²Disponível em: <http://www.conectas.org/noticias/onu-e-oea-alertam-sobre-riscos-de-violacoes-por-intervencao-federal-no-rio>

³³Disponível em: <https://anistia.org.br/cinco-vidas-interrompidas-um-ano-da-chacina-de-costa-barros/>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

³⁴Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-do-batalhao-de-iraja-mataram-uma-pessoa-cada-60h-desde-inicio-de-2017-21146513.html>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

Em 88% dos casos, a cena do crime foi desfeita, e a Polícia Civil não realizou nenhum tipo de perícia.

Pouco tempo depois do assassinato de Marielle, descobertas instigantes foram realizadas. A primeira delas envolve a Polícia Federal, a quem é atribuído o lote de munições que portavam as balas que atingiram a vereadora e seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Desse mesmo lote faziam parte as munições que assassinaram 17 pessoas na maior chacina da história de São Paulo, em 2015³⁵. Não há provas sobre desvio da munição. Outras alegações sobre o caso abrangem o envolvimento de paramilitares na ação, principal linha de investigação da Polícia Civil, chegando a culminar inclusive com a morte de Carlos Alexandre Pereira Maria, colaborador parlamentar do vereador Marcello Siciliano, do PHS, e do subtenente reformado da PM Anderson Claudio da Silva, e uma possível testemunha do caso. Também se descobriu que algumas câmeras da prefeitura que filmavam o local da ocorrência foram desligadas no período entre 24 e 48 horas antes do assassinato, e que uma delas poderia ser crucial na identificação dos executores, pois gravava em 360°.

Além de suas denúncias sobre as violações de direitos por parte da polícia nos territórios favelados, Marielle participava também da CPI das Milícias, junto ao seu companheiro de partido Marcelo Freixo. Crítica ferrenha da intervenção, suas opiniões e projetos seguiam em caminhos contrários ao estabelecimento da ordem vigente. Sua postura frente as políticas de segurança de caráter repressivo sempre foram extremamente contrárias e denunciantes.

Por tudo isso, e pelo contexto temporal recortado para a análise, o caso é simbólico e auxilia na compreensão da dimensão tão sombria a qual as políticas de segurança e os interesses por trás delas estão submetidos. É necessário, portanto, se aprofundar nesse cenário e entender o papel crucial que a mídia cumpre quando traz em suas pautas e seus enquadramentos, as narrativas do medo, da lei e da ordem a qualquer custo, as quais foram extremamente relevantes para a decisão do decreto de intervenção.

³⁵Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/03/municao-usada-no-assassinato-de-marielle-e-do-mesmo-lote-de-balas-de-c.html>>. Acesso em 18 de mar. 2018.

4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE O GLOBO

Neste capítulo, se apresenta a análise do objeto deste trabalho, tendo como base tudo o que foi apresentado e elucidado sobre mídia, narrativas do medo e políticas de repressão, além das lentes que auxiliam na compreensão de como se dá na prática a cobertura e construção desses temas, através do agendamento e da mediação. O que se propõe aqui é um estudo mais aprofundado a respeito da agenda do jornal *O Globo* no período que antecede a assinatura do decreto de intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro pelo presidente interino Michel Temer, no dia 16 de fevereiro de 2018.

Essas análises poderão fomentar a linha de pesquisa proposta, e suas correlações, através da escolha de um objeto quente, ou seja, cujo debate e estudos se apresentam como novos frente ao tempo decorrido do acontecido, mas que se encaixam em temáticas já há muito pesquisadas e afirmadas, como são as narrativas do medo, e os discursos da lei e da ordem, por exemplo. Ele se mostra como mais uma maneira eficaz de propor novos estudos e, por que não, novas maneiras de enfrentar essa realidade, seja com uma transformação profunda em como a mídia trata os sujeitos classificados como desviantes, seja com políticas de segurança pública de outro cunho, que não as repressivas.

Além disso, em se tratando do momento histórico político social em que se encontra o país, o tema da segurança pública alcança lugar de destaque não somente no noticiário, mas em todas as esferas da vida em sociedade. O discurso da lei e da ordem se manifesta na aparição de candidatos eleitorais conservadores e de extrema direita, e com medidas radicais para a questão da segurança; na figura dos generais, que ocuparam pastas importantes e lugar de evidência na política, e até mesmo nas dinâmicas sociais mais simples da sociedade brasileira, como a presença do exército nas ruas, adentro cada vez mais a vida dos cidadãos.

O período que precede o decreto de intervenção, culminou com a festa mais popular do país: o carnaval. O momento em que a atmosfera de celebração do espírito festivo e cordial brasileiro fica evidenciado em detrimento de qualquer outra coisa, foi interrompido pelas narrativas da ordem – ou desordem – que segundo a editoria de carnaval do jornal *o Globo*, assolou o país durante as comemorações. E é justamente sobre essa cobertura que se deitará um olhar mais crítico e analítico, tendo também como auxílio os dados do relatório do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e suas informações a respeito de toda a temática que envolve a segurança no período de carnaval de 2018 na cidade do Rio de Janeiro.

4.1 Sobre o veículo de comunicação

As matérias que serão analisadas neste trabalho foram retiradas do jornal *O Globo*, o primeiro veículo a constituir o Grupo Globo. As justificativas para essa escolha englobam variados motivos, dentre eles, a história consolidada do veículo e a posição de importância que ocupa na sociedade brasileira.

Foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, e mais tarde assumido por Roberto Marinho, em 1931. É um veículo impresso de grande relevância, que integra o maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina³⁶. Para acompanhar o ritmo acelerado das transformações da indústria da comunicação, iniciou em 2008, com a campanha “O Globo. Muito além do papel de um jornal”, sua tentativa de afirmação como veículo de plataforma multimídia. A ideia é valorizar o conteúdo online no sentido de ratificá-lo como informação de qualidade e confiável, assim como o impresso. Em 2016, a tiragem média do jornal, somando impresso e digital, alcançou a marca de mais de 300 mil exemplares, com uma circulação significativa na cidade do Rio de Janeiro³⁷.

O veículo segue uma linha editorial liberal, no que se refere às temáticas empresariais e econômicas, e uma linha mais conservadora com relação a certos temas que dizem respeito a constituição da sociedade brasileira. Isso pode ser observado através dos seus principais colonistas. Em análises propostas pelo coletivo Brasil de Comunicação Social, o Intervozes³⁸, alguns dos escritores de *O Globo* são verdadeiras “âncoras” no que se refere a garantia do exercício da influência do jornal em determinados meios. Alguns nomes e suas linhas temáticas demonstram isso. Um deles é Merval Pereira, uma referência para temas com recorte liberal na economia. Ele também participa de eventos e mantém avaliações próximas às das entidades empresariais dos setores industriais e financeiros. Nessa mesma linha segue Míriam Leitão, reconhecida crítica dos governos com políticas de cunho popular de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Também mantém essa postura outros nomes como Lauro Jardim e Ancelmo Gois.

Entre os seus princípios editoriais, redigidos em 2011, destacam que:

O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a

³⁶Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

³⁷Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-globo/>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

³⁸Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/o-globo/>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza (MARINHO, MARINHO & MARINHO, 2011).

Há ainda menções ao acolhimento de ideias pluralistas e contraditórias, sempre com espírito de isenção, e necessidade de defesa contra qualquer tipo de controle estatal. No entanto, as posições declaradas que assumiu o jornal apontam para caminhos diversos dos que defendidos nos princípios editoriais. As relações que o veículo manteve com empresários e políticos foi sempre significativa, diferentemente da ideia inicial defendida por Irineu Marinho, em que o objetivo era “defender causas populares” e ser “independente” de forças políticas e econômicas. Para demonstrar brevemente essa contradição, basta olhar as posições assumidas pelo Globo em momentos determinantes da história brasileira: a oposição ao 13º salário, em 1962, com manchete de destaque na primeira página.



Imagem 3: manchete sobre a instituição da lei que assegura o décimo terceiro salário.

O já conhecido apoio ao Golpe Militar de 1964, que instituiu uma ditadura de mais de vinte anos no país, parece voltar a se repetir com o mais recente apoio ao golpe parlamentar encabeçado por Michel Temer para destituir a presidente eleita Dilma Rousseff do poder. Além disso, em estudo de 2017 da ONG Repórter Brasil apresenta dados relevantes acerca do posicionamento do jornal frente as empreitadas do atual governo interino: foi identificado que 88% das matérias eram favoráveis a reforma trabalhista, bem como 75% dos entrevistados. Com relação a reforma da previdência, 90% dos textos era favorável e 72% dos entrevistados eram pró-reforma: “o impresso utilizou espaços nobres – como cinco manchetes, seis chamadas de capa e 11 editoriais – para publicar conteúdo alinhado com a proposta do governo. No total,

118 textos”³⁹. E assim também seguiu apoiando outras decisões, dando espaço de fala para as ideias que não fugiam da linha editorial do jornal, e construindo cenários propícios às propostas políticas as quais aprovava, como foi justamente o caso do decreto de intervenção militar.

4.2 Recorte de pesquisa e método de análise

O material que compõe o recorte de pesquisa escolhido para se analisar neste trabalho são uma série de reportagens do jornal *O Globo Online*, 20 no total, que compreendem o período de 08 de fevereiro de 2018 a 17 de fevereiro de 2018, publicadas na editoria de Carnaval. A escolha se justifica por elas antecederem o decreto de intervenção federal militar na segurança pública do Rio de Janeiro e estarem relacionadas com temáticas que envolvem violência e políticas públicas.

A editoria de Carnaval foi escolhida por se tratar de um período relatado como atípico pelo jornal, que saturou o noticiário com casos de violência ocorridos durante a festa mais popular do país, tendo sido declarado um dos carnavais mais violentos da história. As datas compreendem o espaço de tempo em que a festa ocorreu “oficialmente” na cidade do Rio de Janeiro.

O método de análise está baseado nas ideias de Motta (2007), e seus estudos sobre a narratologia: a teoria da narrativa. Ele traça uma linha de diferenciação entre as mais diversas narrativas, e afirma que as midiáticas, em especial, podem ser tanto “fáticas (as notícias, reportagens, documentários) quanto fictícias (as telenovelas, videoclipes musicais, filmes, histórias em quadrinho, alguns comerciais da TV)” (MOTTA, 2007, p.148). Os produtos que serão analisados aqui exploram as narrativas fáticas, imaginárias ou híbridas, que são próprias da estratégia midiática de impactar leitores.

Através de ensinamentos aprofundados sobre as diversas maneiras de analisar as narrativas jornalísticas e tudo que está inserido nesse meio, o autor traz grandes contribuições para o que se propõe este trabalho, as quais incluem reconstituição do acontecimento jornalístico; a construção de personagens jornalísticas; a identificação dos conflitos; estratégias comunicativas objetivadas e subjetivadas; a relação comunicativa e o “contrato cognitivo” e as metanarrativas. Segundo o autor, “os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas à operações e opções (modos) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e objetivos” (MOTTA, 2007, p.148). Por essa razão, os produtos da

³⁹Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2017/04/midia-ignora-criticas-a-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

mídia são pensados de maneira encadeada, a fim de se criar uma sequência, e com uma retórica convincente o suficiente para se causar os efeitos desejados. Um desses efeitos é outro fator de relevância que contribuiu para a escolha dessa metodologia: o entendimento de que o fato jornalístico tem por objetivo provocar o “efeito do real”, isso é, induzir os leitores a achar que o que se apresenta ali são verdades e fatos que falam por si mesmos. Dessa forma, as narrativas e narrações “são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. São formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação (MOTTA, 2007, p. 150).

Esse método de análise, portanto, remete não somente às maneiras de expressão de uma sociedade, mas também ao estudo da antropologia de suas raízes culturais, o que compete com tudo que vem sendo exposto por este estudo.

4.3 Análise das reportagens

O modo escolhido para analisar as reportagens se divide em dois: uma análise individual, em que se buscará em cada uma das narrativas o seu sentido completo e integral em si mesma, isoladamente. E um segundo momento concerne na reconstituição dos fatos através de uma análise que encara as reportagens como fazendo parte de um todo, o que Motta (2007) designou de “acontecimento único e singular”, que se vale das análises individuais e as transforma em uma grande narrativa única. Isso será feito a partir da reconstituição do todo, elencando personagens, cenários e situações.

Por fim, é importante frisar que, ao analisar as narrativas jornalísticas, pode-se afirmar que como elas constroem um universo em que se tem figuras bem definidas como: o personagem, o conflito ou combates, o ganhador e o perdedor, o herói e o vilão, a punição e a recompensa, se trabalhará mais com a análise de uma versão, do que da realidade histórica propriamente dita. Desse modo, as reflexões e as conclusões se tratam do entendimento, embasado nos aparatos dos quais este trabalho utilizou para pensar a questão proposta, das versões apresentadas pelo jornal *O Globo* a respeito da violência atípica no período de carnaval, e suas correlações com o decreto de intervenção.

4.3.1 Análise individual dos dados coletados

O presente tópico, reunindo as matérias e as dissecando de maneira individual, pretende desvendar os recursos utilizados para redigi-las, e observar quais estratégias textuais buscam garantir os efeitos de real, pautar temas, evidenciar ou ocultar discursos. Isso facilitará

posteriormente as análises coletivas, que buscarão compreender aspectos mais subjetivos e levar a discussão para o ponto central da pesquisa.

Tabela de compilação dos aspectos relevantes das matérias	
Matéria 1 ⁴⁰	Divulgado o esquema de segurança da PM para o carnaval do Rio
O que?	Esquema de segurança
Quem?	Ações integradas entre: polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Regimento de Polícia Montada (RPMont), Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur), Comando de Operações Especiais (COE) da PM – BPChq (Batalhão de Polícia de Choque), BAC (Batalhão de Ação com Cães) e GAM (Grupamento Aeromóvel), O BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE), CPA – Comando de Policiamento de Área, Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), Comando de Polícia Ambiental (CPAm), Polícia Civil e Guarda Municipal, Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), Centro Integrado de Comando Móvel (carro-comando).
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	08/02 - Período pré-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	“17.110 policiais” “Número 43% maior que em 2017”
Aspectos de efeitos subjetivos:	Palavras e expressões de destaque: Repetição do horário de mobilização: 8h da manhã do dia 09 de fevereiro a 8h da manhã do dia 14 de fevereiro. “emergência” Frequência de palavras: Polícia/policiamento (31)
Matéria 2 ⁴¹	Violência ultrapassa todos os limites no Rio
O que?	Violência na cidade do Rio (morte de crianças em favelas e negligência ao plano de segurança integrada do governo federal)
Quem?	Traficantes das favelas cariocas
Onde	Cidade do Rio de Janeiro
Quando	08/02 - Período pré-carnaval
Olhar externo	Aspas do governador Luiz Fernando Pezão

⁴⁰Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/divulgado-esquema-de-seguranca-da-pm-para-carnaval-do-rio-22381628#ixzz5912IICk0>>. Acesso em 5 de mai. 2018.

⁴¹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/violencia-ultrapassa-todos-os-limites-no-rio-22376193>>. Acesso em 5 de mai. 2018.

Dados estatísticos	Complexo da Maré: 108 tiros em 2017, 42 mortes
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “violência ultrapassa todos os limites”; “dramática escalada de violência”; “avanço da barbárie”; “cenas de terror”; “pesadelo”; “cenas de pânico e impotência”; “tragédia”; “choca”; “indignado”; “guerra” Frequência de palavras: Assalto (1) Bandidos (2) Policiais (4) Traficantes (3) Violência (2)
Matéria 3 ⁴²	Vídeo mostra bando fazendo arrastão em Ipanema
O que?	Arrastão em Ipanema
Quem?	“Bando de menores”
Onde?	Orla de Ipanema
Quando?	11/02 - Período de Carnaval
Olhar externo	Aspas de testemunhas; Nota da PM
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “menores”; “agressores”; “impotência”; “gritaria”; “confusão”; “criminosos” Frequência de palavras: Bandidos (2) Bando (2) Policiais (5) Roubo (3) Vítimas (4)
Matéria 4 ⁴³	No mesmo dia em que ocorreram arrastões na orla, roubos e tumultos são registrados em Ipanema
O que?	Roubos em Ipanema
Quem?	“Menores infratores”
Onde?	Ipanema
Quando?	12/02 - Período de carnaval

⁴²Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/video-mostra-bando-fazendo-arrastao-em-ipanema-22389939>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁴³Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/no-mesmo-dia-em-que-ocorreram-arrastoes-na-orla-roubos-tumultos-sao-registrados-em-ipanema-22391068>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

Olhar externo:	Aspas de vítima Nota da PM
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “comparsa”; “ladrão”; “menores infratores”; “assaltante” Frequência de palavras: Bandidos (2) Bando (2) Policiais/policiamento (11) Vítimas (3)
Matéria 5 ⁴⁴	Dois policiais militares ficam feridos em tiroteio no Leblon, na Zona Sul do Rio
O que?	Policiais militares atingidos com tiros
Quem?	Policiais militares
Onde?	Leblon
Quando?	12/02 - Período de carnaval
Olhar externo:	Aspas de postagens de internautas em Redes Sociais Nota da corporação
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “tiroteio”; “atingido”; “ferido”; “O Rio de Janeiro é um salve-se quem puder”; Frequência de palavras: Bandidos (1) Bando (1) Policiais (10)
Matéria 6 ⁴⁵ :	Porta-voz da PM recomenda não fazer selfies em blocos para evitar assaltos
O que?	Prevenção de roubos e furtos
Quem?	Major Ivan Blaz
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	12/02 – Período de carnaval
Olhar externo:	-

⁴⁴Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/doi-policiais-militares- ficam-feridos-em-tiroteio-no-leblon-na-zona-sul-do-rio-22390618>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁴⁵Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/porta-voz-da-pm-recomenda-nao-fazer-selfies-em-blocos-para- evitar-assaltos-22392021>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

Dados estatísticos:	“17 mil policiais militares nas ruas” “200 presos em 4 dias de carnaval”
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “menores” “[...]não ostentar joias, nem ficar com celular fazendo selfie no meio da multidão.” Frequência de palavras: Assalto (2) Polícia (4)
Matéria 7 ⁴⁶	Arrastões, roubos e tiroteios: Rio vive carnaval de violência
O que?	Violência no carnaval do Rio
Quem?	Bandidos e assaltantes
Onde?	Zonas Sul e Central da cidade; Niterói
Quando?	12/02 – Período de Carnaval
Olhar externo:	Nota da Polícia Militar
Dados estatísticos:	“17 mil policiais nas ruas” “43% a mais de policiamento do que o ano passado”
Aspectos de efeito subjetivo:	Frequência de palavras: Arrastão (7) Bandido (2) Bando (3) Policiais/Policiamento (11) Roubos (5) Violência (2)
Matéria 8 ⁴⁷	Em meio à onda de violência durante o carnaval, homem é agredido na Lapa
O que?	Briga entre homens
Quem?	-
Onde?	Lapa, região Central
Quando?	12/02 – Período de Carnaval
Olhar externo:	Nota da Guarda Municipal
Dados estatísticos:	23 pessoas detidas pela Guarda Municipal-RJ, em 4 dias
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “onda de violência”; “Desordem urbana”; “onda de assaltos” Frequência de palavras: Guarda Municipal (4) Polícia (4)

⁴⁶Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/2018/arrastoes-roubos-tiroteios-rio-vive-carnaval-de-violencia-22391879>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁴⁷Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-meio-onda-de-violencia-durante-carnaval-homem-agredido-na-lapa-22392362>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

	Violência (4)
Matéria 9 ⁴⁸	Após episódios de violência na orla, policiamento é reforçado na Praia de Ipanema
O que?	Reforço de policiamento
Quem?	Policiais do 5º e do 6º batalhão da Polícia Militar
Onde?	Orla de Ipanema
Quando?	13/02 – Período de Carnaval
Olhar externo:	Aspas de uma ambulante, e de um mensageiro.
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Frequência de palavras: Arrastões (2) Assaltos (3) Polícia/Policiamento (5) Roubos (3) Violência (3)
Matéria 10 ⁴⁹	Violência denunciada pela Beija-Flor na Sapucaí se espalha pelo Rio
O que?	Denúncia do aumento da violência
Quem?	Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis
Onde?	Na Sapucaí
Quando?	13/02 – Período de Carnaval
Olhar externo:	Nota da Polícia Militar
Dados estatísticos:	“[...] das 8h às 16h de segunda-feira (12), a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou 26 ocorrências.”
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “violência se espalha”; “Arrastões levaram terror a foliões na Zona Sul”; “crescente onda de violência”; “tumulto”; “menor” Frequência de palavras: Tiroteio (2) Violência (7)
Matéria 11 ⁵⁰	Carnaval no Rio é marcado por um arrastão de violência
O que?	Violência no Carnaval
Quem?	Bandidos e Assaltantes
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	13/02 – Período de Carnaval
Olhar externo:	Fala do comandante-geral da PM, coronel Wolney Dias; aspas de turista espanhol, e de jovem de Volta Redonda.

⁴⁸Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-episodios-de-violencia-na-orla-policiamento-reforcado-na-praia-de-ipanema-22393250>>. Acesso em: 5 de mai. 2018

⁴⁹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/violencia-denunciada-pela-beija-flor-na-sapucaí-se-espalha-pelo-rio-22393804>>. Acesso em: 5 de mai. 2018

⁵⁰Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval-no-rio-marcado-por-um-arrastao-de-violencia-22392812>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

Dados estatísticos:	“17 mil homens mobilizados”; “festa que, segundo a Riotur, reúne este ano 6,5 milhões de pessoas”; “Somente das 8h às 16h do dia 12, a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou três queixas por hora”;
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “arrastão de violência”; “onda de violência”; “falta de ordenamento”; “colapso nos transportes públicos”; “operações”; “disputa do tráfico”; “desordem urbana”; Frequência das palavras: Arrastão (7) Assalto (4) Bandido (3) Polícia/Policiamento (7) Roubo (4) Violência (4) Vítimas (2)
Matéria 12 ⁵¹	'Inadmissíveis e lamentáveis', diz Jungmann sobre cenas de violência no carnaval
O que?	Análise do ministro da segurança
Quem?	Ministro da Segurança, Raul Jungmann
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	14/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “Cenas inadmissíveis e lamentáveis de violência”; Frequência das palavras: Policiais/Policiamento (2) Segurança (5) Violência (4)
Matéria 13 ⁵²	Em discurso contra violência, Cármen Lúcia alerta para 'retrocessos extremamente bárbaros'
O que?	Declaração da presidente do STF
Quem?	Cármen Lúcia
Onde?	CNBB
Quando?	14/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	Aspas do cardeal Sérgio da Rocha
Dados estatísticos:	-

⁵¹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/inadmissiveis-lamentaveis-diz-jungmann-sobre-cenas-de-violencia-no-carnaval-22398855>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁵²Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-discurso-contra-violencia-carmen-lucia-alerta-para-retrocessos-extremamente-barbaros-22396042>>. Acesso em: 5 de mai. 2018

Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “retrocessos extremamente bárbaros” Frequência das palavras: Violência (11)
Matéria 14 ⁵³	'Estamos estarecidos com tanta violência', diz dom Orani em texto sobre Campanha da Fraternidade
O que?	Declaração sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro
Quem?	Cardeal Dom Orani João Tempesta
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	14/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	Mensagem do Papa Francisco
Dados estatísticos:	“Somente das 8h às 16h do dia 12, a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou três queixas por hora”;
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “sofremos”; “estarecidos”; “guerras”; “confrontos”; “cenas de violência”; “ressentimento”; “raiva”; “vingança”; “paciência”; “misericórdia”; Frequência das palavras: Assalto (1) Bandidos: (2) Polícia (1) Política Pública (3) Violência (12)
Matéria 15 ⁵⁴	Mortes, temporal, violência e desordem: tudo o que Crivella não viu no carnaval
O que?	Ausência do prefeito e problemas no Carnaval do Rio
Quem?	Marcello Crivella
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	15/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	Aspas de Marcello Crivella
Dados estatísticos:	“Quatro pessoas morreram por causa da chuva que atingiu o Rio”; “queda de energia em 14 bairros”; “temporal afetou pelo menos cinco hospitais”; “tempestade que castigou o Rio provocou a incidência de 7.096 raios”; “Foram 4.089 raios apenas na capital do estado, de acordo com o Instituto Climatedo”; “Comlurb, órgão da prefeitura, recolheu mais de 631 toneladas de lixo ao longo do período do carnaval”; “Somente das 8h às 16h do dia 12, a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou três queixas por

⁵³Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estamos-estarecidos-com-tanta-violencia-diz-dom-orani-em-texto-sobre-campanha-da-fraternidade-22396552>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁵⁴Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mortes-temporal-violencia-desordem-tudo-que-crivella-nao-viu-no-carnaval-22399600>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

	hora”; “2,7 milhões de pessoas transportadas”; “37 trens foram alvos de vandalismo”
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “tragédia”; “dificuldade”; “desordem”; “caos”; “estado de crise”; “colapso”; “desordem urbana”; “onda de violência”; “vandalismo” Frequência das palavras: Assalto (1) Bandidos (1) Polícia (3) Segurança (5) Violência (5)
Matéria 16 ⁵⁵	Cenas de barbárie no carnaval do Rio provocam crise na segurança
O que?	Violência no Carnaval do Rio de Janeiro
Quem?	Assaltantes e bandidos
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	15/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	Aspas do ministro da segurança, Raul Jungmann; Aspas do governador Luiz Fernando Pezão
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “cenas de barbárie”; “violência que explodiu”; “criminalidade”; “cenas inadmissíveis”; “onda de crimes”; “perda de controle”; Frequência das palavras: Arrastões (2) Assalto (1) Polícia/Policiamento (5) Segurança (7)
Matéria 17 ⁵⁶	Roubos de veículos registrados durante o carnaval aumentaram no Rio
O que?	Roubo de veículos
Quem?	Assaltantes e bandidos
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	16/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	“Roubos a pedestres aumentaram 176% em relação ao ano passado”; “203 roubos de veículo”; Registros de roubo de celular quase triplicaram do carnaval do ano passado para o deste ano: foram 109 em 2018 contra 37 em

⁵⁵Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cenas-de-barbarie-no-carnaval-do-rio-provocam-crise-na-seguranca-22399018>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁵⁶Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/roubos-de-veiculos-registrados-durante-carnaval-aumentaram-no-rio-22405929>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

	2017”; “Os roubos a turistas na capital aumentaram na mesma medida, de 11 para 33”
Aspectos de efeito subjetivo:	Frequência das palavras: Crimes (8) Intervenção (7) Polícia (1) Roubo (14) Segurança (3)
Matéria 18 ⁵⁷	A semana de carnaval que termina com crises migratória e na segurança
O que?	Crise migratória em Roraima e na segurança do Rio de Janeiro
Quem?	-
Onde?	Roraima e Rio de Janeiro
Quando?	16/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	“Ao final de 2018, o país terá perdido 50% do PIB per capita, na comparação com 2012. Cerca de 70% das crianças até cinco anos estão desnutridas, de acordo com dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).”
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “crime”; “tráfico” Frequência das palavras: Arrastão (1) Intervenção (9) Polícia (1) Segurança (3) Violência (1)
Matéria 19 ⁵⁸	Dez episódios recentes de violência que marcaram o Rio
O que?	Violência no Rio de Janeiro
Quem?	Assaltantes e bandidos
Onde?	Cidade do Rio de Janeiro
Quando?	17/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	“assassinato de três policiais militares durante o carnaval”; “Confrontos entre policiais e bandidos deixaram 42 mortos na Maré em 2017”; “Rio teve 44 crianças e adolescentes mortos a tiros nos últimos 11 anos”; “Cento e trinta e quatro policiais militares foram assassinados no Estado do Rio no ano passado.”; “Este ano, já são 16 policiais assassinados em todo o estado”; “A violência que desde o ano passado toma conta da Favela da Rocinha deixou 41 mortos nos últimos cinco meses, segundo relatório da PM”;

⁵⁷Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/semana-de-carnaval-que-termina-com-criises-migratoria-e-na-seguranca.html>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

⁵⁸Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/dez-episodios-recentes-de-violencia-que-marcaram-rio-1-22407710>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “espiral de insegurança”; “onda de violência”; “dor e desalento para a população”; “Moradores da Maré sofrem”; “Zona Oeste padece”; “tragédias”; “terror”; Frequência das palavras: Assalto (1) Assassinado (4) Bandidos (2) Polícia (11) Traficantes (2) Violência (6)
Matéria 20 ⁵⁹	Precisamos falar sobre o carnaval
O que?	A desordem do Carnaval
Quem?	O Carnaval do Rio de Janeiro
Onde?	Rio de Janeiro
Quando?	17/02 – Período pós-Carnaval
Olhar externo:	-
Dados estatísticos:	-
Aspectos de efeito subjetivo:	Palavras e expressões de destaque: “marcha da insensatez”; “desordem”; “galhofa”; Saques, assaltos, depredação, violência e insegurança? Manadas humanas desprovidas de qualquer senso mínimo de afeto pelo domínio público?; “egoísmo”; “invadir”; “saquear”; “atacar”; “roubar”; “agredir”

Tabela 2: compilação das matérias de O Globo entre 08 e 17 de fevereiro de 2018. Elaboração própria.

A tabela acima traz a primeira parte das análises empreendidas. Ela compila os principais dados das 20 matérias escolhidas para reunir o objeto de análise deste trabalho. Todas elas foram publicadas na editoria de Carnaval do Rio de Janeiro, embora tragam temáticas relacionadas a segurança e violência na cidade durante o período das festividades.

Ao lado de cada matéria, numeradas de 1 a 20, encontram-se os seus títulos. É possível perceber que a maioria deles traz uma carga negativa no que concerne a escolha das palavras utilizadas para compô-los. As quatro perguntas seguintes correspondem aos principais aspectos de identificação do que se trata o texto, materializando e reafirmando as colocações aqui feitas a respeito do caráter de segurança dos temas. A escolha pelas primeiras questões da tabela (o que?, quem?, onde? e quando?) se justifica no fato de que “a identificação sistemática de lugares e de personagens cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de

⁵⁹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/precisamos-falar-sobre-carnaval-22406606>>. Acesso em: 5 de mai. 2018.

precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas realisticamente situadas” (MOTTA, 2007, p. 9). As localidades dos eventos relatados se concentram em bairros da zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Também se verifica o empreendimento de nomes de Instituições: CNBB, Ministério da Defesa, Supremo Tribunal Federal, e todos os órgãos de polícia citados escolhidos para compor o debate, garantem o peso e a imediata ciência de que se tratam de instituições reconhecidas, elevando a legitimidade do discurso.

O “olhar externo” corresponde a quem o jornalista traz para dialogar com seu texto, presente nas figuras de autoridade, como os ministros, os comandantes, os políticos e as entidades religiosas, ou nas falas dos entrevistados escolhidos pelo relato, que aqui variaram entre moradores, turistas e ambulantes. Também se pode notar que é expressivo o número de matérias que apenas carregam as notas emitidas pela Polícia Militar como olhar externo. Os dados estatísticos cumprem a mesma função de assegurar a coerência e a validade das ideias então expostas. Pode-se perceber que nem todas as matérias utilizaram o recurso, mas que as que fizeram o uso, optaram por enfatizar a quantidade de policiais nas ruas – 17 mil homens – e o número de denúncias de roubos e assaltos, especialmente o número de denúncias realizadas pelos turistas estrangeiros, que vinha sempre acompanhado da constatação: “dois italianos tiveram ferimentos na cabeça e foram levados a um hospital. Uma chinesa e uma alemã levaram socos no rosto, além de chutes. Uma argentina que passeava com um bebê foi jogada ao chão”, repetida em todas as matérias que noticiaram casos de violência contra turistas. Os aspectos subjetivos serão tratados no tópico a seguir.

4.3.2 Análise coletiva dos dados coletados

Os aspectos subjetivos foram fundamentados nas ideias de Motta (2007), que afirma que as narrativas midiáticas podem ser fáticas e fictícias, explorando os “efeitos do real”, e os “efeitos de sentido”, respectivamente. Os efeitos de sentido trabalham o lado emocional do leitor, e conseqüentemente, as suas subjetividades. Por isso, é preciso analisar as palavras, os recursos linguísticos e as expressões escolhidas pelo redator para apresentar determinado assunto, e investigar os efeitos que eles podem causar no leitor. Eles se ligam de maneira muito estreita aos conceitos de agendamento e mediação, funcionando como aparatos de construção da notícia e dos determinados impactos pretendidos.

Nesse sentido, buscando construir a grande narrativa, e aparando-se no que a análise individual já constatou, os aspectos subjetivos serão englobados junto a discussão sobre o agendamento e a mediação.

Como mostra a tabela 2, a agenda do jornal *O Globo* no período antecedente a intervenção foi a insegurança. Ainda que se estivesse no período de carnaval, este foi menos espetacularizado que as divulgadas cenas de violência acontecidas na cidade do Rio de Janeiro. A pauta se concentrou em construir para os leitores um cenário de “caos”, “desordem urbana”, “onda e espiral de violência”; cenas “de barbárie, pânico e impotência”, “tragédia e terror”, as quais foram colocadas como “inadmissíveis e lamentáveis” e que trazem “dor e desalento para a população”. Em meio a desordem, e com a cidade apresentada como estando “à deriva”, com a ausência do prefeito não muito querido pelo jornal por uma série de fatores – em especial por sua afinidade com a emissora rival, a Record – e o pouco protagonismo do governador Pezão, sobrou espaço para as falas do ministro da defesa e do STF, além das entidades religiosas: todos indignados com a situação do Rio de Janeiro. Aqui se encaixam dois conceitos já tratados quando se discutiu a *agenda setting*: o efeito cumulativo, que concerne na ênfase da agenda e seu tema central (o cenário caótico), e a tematização, que consiste na apresentação de um “problema social”, portanto, de interesse de toda a sociedade (o sentimento de insegurança e desamparo), e a chamada para uma solução. Construído o contexto extremamente favorável, é justificada, então, a assinatura do decreto de intervenção no dia 16/02, com um objetivo declarado: reinstituição da ordem pública.

Não obstante, a agenda seguiu a mesma temática mesmo após o decreto de intervenção federal. Agora no sentido de lembrar, como bem demonstra o título da matéria 19, o horror vivido pelos cariocas nos últimos tempos, ultrapassando as fronteiras da Zona Sul e relatando também as mortes nas favelas da Zona Norte e Oeste da cidade: legitimação da política de segurança empreendida pelo Estado.

A mediação pode ser identificada de maneira mais sutil, em determinados aspectos. O sujeito construído, a partir do mapeamento dos adjetivos escolhidos para retratá-lo, se constituiu na figura do “menor infrator, ladrão, assaltante, agressor, criminoso e bandido”, e que age em “bando” e com seus “comparsas”. Ou seja, se trata de identificações profundamente estigmatizadas. Além disso, outros aspectos podem passar despercebidos na leitura, mas não deixam de ter um efeito subjetivo para o leitor: as palavras polícia ou policiamento foram usadas 115 vezes, a palavra bandido, 17 vezes, e a palavra violência, 49 vezes – isso em um universo de 20 matérias. Além disso, cabe também analisar o trabalho de *gatekeeper* selecionando aspas que confirmassem a ideia central da matéria e não destoassem da agenda. Um exemplo é o destaque na matéria 9 para as aspas de uma ambulante que trabalha na praia de Ipanema, e mora em Duque de Caxias, após o reforço do policiamento no bairro da Zona Sul: “agora está melhor,

tem polícia. Mas é uma pena essas coisas acontecerem por aqui. Os turistas adoram esse lugar. Ontem foi pavoroso”. Há um destaque para o sentido sensibilizador da fala com relação ao local e aos turistas, a quem a agenda também concedeu lugar de evidência.

Outras falas que ganharam espaço foram a do ministro da segurança, Raul Jungmann, na matéria 12, sobre a situação de caos na segurança do Rio de Janeiro: “Aqueles fatos impactaram muito o governo e novas medidas deverão vir”. E as palavras da presidente do STF, Cármen Lúcia, na matéria 13: “Há uma necessidade premente e urgente no mundo atual de voltar a amar o próximo”. Primeiro, a fala da presidente poderia iniciar aqui uma outra linha de pesquisa e frente de estudos, pois ela associa a prática de crimes a falta de amor ao próximo. Contudo, a presença desses dois personagens faz com que a discussão seja elevada a um nível nacional, abrindo espaço para a presença do Governo Federal e do presidente interino da República.

Há também aspectos mais evidentes e menos minuciosos no trabalho do mediador, que podem ser notados na escolha das imagens para compor as matérias. Abaixo, a foto que foi usada em 3 matérias, e depois repetida em um outro momento do mesmo acontecimento.



Imagem 4: homem sendo agredido na Lapa. Fonte: jornal O Globo.



Imagem 5: homem sendo agredido e rendido por foliões e segurança. Fonte: jornal O Globo.

As imagens são perturbadoras e certamente causam desconforto ao leitor. A escolha e a repetição delas em outras matérias demonstra a intenção de espetacularizar a violência e reafirmar o que o jornal vinha anunciando a semana inteira: um cenário de caos e barbárie, um colapso. Em outra sequência de imagens, há a cobertura do carnaval na Sapucaí, mas o tema não desvia da insegurança. Dessa vez, fazendo um paralelo entre a violência apresentada pela escola de samba Beija-flor, e as cenas vistas na cidade do Rio de Janeiro.



Imagens 6 e 7: integrantes do desfile da Beija-Flor. Fonte: jornal O Globo.

As primeiras imagens mostram integrantes do desfile da Beija-Flor, e representam os meninos do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro. A matéria 10 os relaciona com os mesmos sujeitos que são a causa do problema da segurança e, portanto, despertam o repúdio dos leitores: meninos negros, suados, sem blusa, fortemente armadas e agindo com truculência para com os indivíduos. Nas próximas imagens, aqueles que são atingidos pelos causadores do problema, e que inspiram comoção.



Imagem 8: integrantes do desfile da Beija-Flor.
Fonte: jornal O Globo.



Imagem 9: turistas vítimas de arrastão no Rio de Janeiro. Fonte: jornal O Globo.

Na primeira imagem, integrantes da escola de samba representando as pessoas que sofrem com os tiroteios. Na segunda, duas turistas que foram acometidas com a violência na cidade. A construção da narrativa é enfática no que diz respeito a segregação entre os desviantes e a sociedade de bem, pouco questionadora e muito afirmativa no sentido de sustentar a saída do pensamento binário: a solução para bandido é polícia.

Seguindo essa mesma linha, Elenilce Bottari, repórter de O Globo, afirma que, ao invés de se estar fazendo a cobertura dos aspectos festivos de carnaval, praticamente toda a imprensa carioca está fazendo rescaldo de violência. Ela prossegue em sua breve análise, em um vídeo presente na matéria 16, relatando os casos de assaltos e arrastões acontecidos na Zona Sul da cidade. Há vídeos enviados por moradores do local que registaram as cenas. Para finalizar, ela usa do mesmo pensamento colocado por Vera Malaguti, de maneira crítica, sobre a manchete de um jornal, a qual é muito válida trazer novamente. A autora cita um antigo jornal do Rio de Janeiro, chamado Pão de Açúcar, em que o editorial diz: “precisamos ter uma polícia que a nós, inspire confiança, e aos escravos, infunda terror.” Bottari, no ápice de sua análise simplista, finaliza o vídeo afirmando: “eu acho que tem algo de muito errado acontecendo para que eles não se sintam amedrontados, de nenhuma maneira, para assaltar”.

4.3.3 Os críticos da Intervenção e o relatório do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro

As discussões entre críticos da intervenção militar se baseiam, em sua maioria, em episódios históricos já vividos pela cidade do Rio de Janeiro, que se transformou em uma verdadeira zona de testes para as políticas de segurança nacional. As UPPs, o exército nas favelas, e tantas outras medidas se mostraram falhas para solucionar o dito problema, e foram carregadas de uma forte propaganda governamental eleitoral.

Com a nova medida de intervenção não foi diferente. Uma semana após o decreto, o Governo Federal publicou uma propaganda de duas páginas no jornal *O Globo*.



Imagem 10: propaganda do Governo Federal no jornal O Globo. Fonte: Google Imagens.

Os aspectos imagéticos da propaganda utilizam cores claras e harmoniosas, e a presença de uma família feliz, com olhar esperançoso. Ao fundo, a cidade do Rio de Janeiro, representada pela Zona Sul, à luz do sol. O texto é enfático no sentido de elevar os feitos do atual governo, e de colocar a decisão de intervenção no mesmo patamar de medida inteligente e salvadora. Sua primeira parte, com a afirmação “tirando o país da maior recessão de sua história”, não perde a oportunidade de criar um distanciamento entre os governos anteriores e suas medidas fracassadas, que levaram o país a atual crise, e os desafios aos quais o novo governo foi submetido e enfrenta como grande redentor da pátria.

Porém, para contraponto de análise é relevante apresentar os dados do relatório parcial do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Eles mostram que, diferentemente da “onda de violência” de fevereiro de 2018 que o jornal *O Globo* defendeu na semana antecedente ao decreto de Intervenção Militar, os números este ano foram melhores em relação ao ano anterior no mesmo período noticiado.

Estado do Rio

Delitos	13 a 18 de fev 2015	05 a 10 de fev 2016	24 fev a 01 de mar 2017	09 a 14 de fev 2018
Homicídio doloso	59	101	94	86
Lesão corporal seguida de morte	2	3	1	0
Latrocínio (Roubo seguido de morte)	2	6	1	1
Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial	13	4	12	5
Tentativa de homicídio	85	93	101	86
Lesão corporal dolosa	1.808	1.771	834	1.297
Estupro	64	66	95	53
Roubo a transeunte	1.485	1.739	1.178	1.062
Roubo de aparelho celular	219	303	478	336
Roubo em coletivo	107	143	164	129
Roubo de veículo	431	555	722	859
Roubo de carga	44	66	70	46
Roubo a turista	96	98	23	51
Roubo de bicicleta	-	0	2	0
Roubo a estabelecimento comercial	104	95	76	86
Roubo a residência	13	25	25	10
Roubo de caixa eletrônico	0	0	1	1
Roubo a banco	0	1	0	0
Roubo com condução da vítima para saque em inst. fin.	3	0	1	0
Roubo após Saque em Instituição Financeira	10	11	1	2
Furto a transeunte	2.144	1.704	613	584
Furto de aparelho celular	711	644	506	394
Furto em coletivo	128	147	49	52
Furto de veículos	333	374	346	290
Furto a turista	428	383	22	157
Furto de bicicleta	-	33	21	16
Apreensão de drogas	432	337	204	262
Total	9.062	9.016	5.773	5.865

Fonte: ISP. Dados de 2018 são parciais e podem sofrer alterações. Última atualização: 16/fev/18 às 9h30.
 Nota: Números de 2017 foram afetados pela paralisação da PCERJ.

Em entrevista ao Estadão⁶⁰, a diretora do ISP é categórica: “Não houve nenhuma explosão de violência no Rio durante carnaval”.

Como relata a tabela acima, os dados mostram que foram registradas 5.865 ocorrências policiais no total no Rio, entre os dias 9 e 14 de fevereiro, enquanto no carnaval de 2017, (quando a Polícia Civil ainda estava em greve), foram registradas 5.773. Além disso, houve significativa redução do número de furtos e roubos com relação aos carnavais anteriores, e do número de estupro.

⁶⁰Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro.nao-houve-nenhuma-explosao-de-violencia-no-rio-durante-carnaval-diz-diretora-do-isp,70002192494>>. Acesso em: 7 de mai. 2018.

5 CONCLUSÃO

Como consequência dos esforços empreendidos ao longo da construção desse estudo, a análise dos resultados obtidos é consistente para sustentar as afirmações que se seguem. A materialização dos pensamentos e ideias aqui propostos se sustenta através das reflexões sobre o objeto de análise e suas ligações com as teorias e conceitos estudados anteriormente por diversos autores.

Desse modo, é possível defender que, no Brasil, o sistema midiático formado através do oligopólio empreendido pelos grandes conglomerados de comunicação, produz uma defasagem no processo de construção da informação, que fica retida e condicionada nas vozes dos poucos veículos que são detentores do poder de fala. Por isso, importantes processos da vida em sociedade, como a formação da opinião pública e o direito a comunicação, são afetados por essa problemática. Nesse plano de fundo é que se encontram o agendamento e a medição.

Os resultados da análise mostram que um conglomerado de comunicação, o Grupo Globo, foi capaz de emplacar e sustentar a agenda da desordem pública utilizando-se de sua hegemonia entre os demais, e de seu poder político entre os governantes brasileiros. É possível perceber que os acontecimentos relatados pelo jornal *O Globo* se respaldam nas narrativas do medo, que têm suas origens fundamentadas na sociedade colonial, escravocrata e imperial. Elas se perpetuam até os dias de hoje por funcionarem ainda como instrumento legítimo de manutenção das desigualdades múltiplas produzidas por uma elite individualista e egocêntrica, não à toa proprietária dos principais veículos de comunicação do país, que se vale desses aparatos repressivos para manter suas posições sociais, e, portanto, seus privilégios através da exploração das classes subalternas.

O agendamento constrói o cenário do qual a sociedade irá se ocupar no momento em que pauta e coloca em voga um tema. A desordem e o caos formam a conjuntura escolhida para se fazer juízo sobre a determinada temática, e junto com eles, a identificação dos sujeitos responsáveis, e das vítimas afetadas. Aqui, a mediação faz o papel de selecionar as maneiras mais adequadas de se construir a narrativa que se pretende. A escolha de palavras estigmatizadas como “menores infratores” e “comparsas”, faz com que elas se apresentem como verdadeiros rótulos. São estereótipos, que funcionam de maneira a reduzir a identidade de um grupo de pessoas a características profundamente distorcidas, ou limitadas do todo que compõe a sua figura real, rejeitando o aprofundamento da discussão sobre seus atos – enquadrados como ilícitos – e infundindo naquele indivíduo e no imaginário social, a crença de

que aquele ser é de natureza e de índole má por essência. Nesse sentido, fica legitimado um tipo de tratamento que viola os direitos humanos, infringindo principalmente o princípio da dignidade humana. Além disso, a ação do Estado fica limitada ao uso da força, e do controle, pois ele não lida mais com um problema social macro, mas sim com o problema de certos indivíduos que colocam em xeque a ordem pública e a vida das pessoas de bem.

A repetição massiva dos órgãos de controle social – o aparecimento da palavra polícia/policiamento por 115 vezes em um universo de 20 matérias – aparece como um verdadeiro apelo às autoridades, através de uma representação do que seria a opinião pública. São perceptíveis os momentos em que os exemplos saltam, como na escolha de inserir e repetir em três matérias, a imagem 4, em que há três homens negros em situação de confronto por decorrência de um deles ser suspeito de assalto, sem que haja repreensão ao ato pelo redator. Se soma a esse fato, a sequência de imagens que comparam o desfile da beija-flor à violência na cidade do Rio de Janeiro: homens negros colocando em risco a vida de pessoas brancas. Para finalizar a rede de acontecimentos e colocar no lugar as peças desse complexo tabuleiro, o raciocínio da jornalista Elenilce Bottari, a respeito de sua indignação com a audácia dos sujeitos desviantes. Não avança nem aprofunda a análise, fica no raso pensamento do: onde será que está a falha no sistema que permite que essas pessoas tirem a paz dos moradores da Zona Sul? ao invés do raciocínio: por que é que essas pessoas agem dessa maneira? O que falta a elas, ou melhor, o que tenho eu de tão importante que elas não têm? O pensamento de Bottari exprime a insatisfação com o sistema de segurança ao qual Hélio Luz, ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, afirmou ser o brasileiro: proteção do Estado e da elite.

Esses episódios demonstram como as classes sociais mais baixas e a população negra continuam a ser representadas como aqueles que estão em constante iminência de apresentar um desvio daquilo que se é moralmente aceito e instituído como correto. O medo branco ainda permanece vivo e atuante, seja nas expressões da mídia, seja na maneira concreta de fazer política de segurança.

Nesse sentido, segurança pública e a mídia funcionam e se entrelaçam profundamente a partir das narrativas do medo, garantindo que elas sejam amplamente difundidas e penetradas no imaginário social. Isso faz com que se crie um clima de constante instabilidade e terror, que clama por uma resposta – que seja sempre à mesma altura dos atos dos infratores – das autoridades no poder.

É perceptível que a política de segurança confunde (propositalmente?) segurança, que é pública, com proteção, que é privada. Nessa divisão de conceitos, existe um grupo que ocupa o lado dos protegidos, e o outro a quem só cabe a criminalização. Há problemas na execução dos aparelhos dos dois lados, mas para uns os erros são mais árduos. O Rio de Janeiro tem a polícia que mais mata, e que também mais morre⁶¹. Uma rápida observação entre os integrantes da corporação revela que a Polícia Militar é composta por muitos moradores de locais marginalizados, e que ela é mais negra que a Polícia Civil, que por sua vez é mais negra que a Polícia Federal⁶². O que as separa é a forma de atuação, e resta a primeira fazer o trabalho de contenção da violência, o que mais coloca a vida dos membros em risco. Por isso, essa conjuntura aponta para conclusões muito cruéis, em que a figura do Estado aparece como mediadora da morte de negros e negras dos dois lados de linha de fogo, pelo motivo de ainda insistir e financiar uma política sem lógica e inteligência.

Antes de qualquer medida, deve-se analisar o perfil dos criminalizados, daqueles considerados *outsiders*, desviantes que abarrotam o colapsado sistema prisional. Não será preciso muito para perceber que eles têm uma determinada cor e uma classe, em sua maioria esmagadora. Por que não questionar essa realidade? Segurança Pública deve ser pensada em conjunto com a sociedade, sem a separação entre "nós" e "eles", sem tratar a questão como casos de polícia.

Por isso, este estudo afirma que se deve ter coragem, compromisso, e acima de tudo, solidariedade. Quem lida com Segurança Pública trata das fragilidades humanas, e é preciso ser solidário a elas. Coragem e compromisso para com a promoção da justiça social, garantia de direitos de maneira ampla aos cidadãos e da superação das heranças e privilégios que a escravidão trouxe, e que permanecem ainda hoje.

A mídia precisa funcionar como promotora de debates e questões sociais complexas, com o aprofundamento das temáticas e a análise crítica da realidade, resgatando fatos históricos e colocando-os sob a luz das experiências vividas nos tempos atuais. Ser compromissada com a denúncia das violações de direitos humanos – e não promovê-las e referendá-las – e dar espaço e abertura para que mais pessoas possam pautar e refletir sobre a agenda social.

⁶¹Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/04/politica/1491332481_132999.html>. Acessado em 8 de mai. 2018.

⁶²Dados proferidos pelo professor LÊNIN PIRES, professor do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jGkjLKpY21s&ab_channel=sintufjrjufjrj>. Acesso em 8 de mai. 2018.

Nada disso poderá ser feito sem a democratização dos meios de comunicação e o fim dos vínculos dos políticos brasileiros com o sistema comunicacional nacional, bem como com a associação dos mesmos com o sistema de tráfico de drogas, de desvio de armas e da corrupção das forças de segurança no país. Essa complexa estrutura de interesses precisa ser desmantelada com a reforma política, e o compromisso com a construção de uma nova sociedade para o Brasil.

Por fim, aponta-se como uma limitação deste estudo o curto número de matérias analisadas, decorrente também do tempo limitado que este trabalho teve, levando-se em consideração outras tarefas da vida estudantil e profissional. Ela não prejudica os resultados obtidos, mas fosse em maior número, enriqueceria o debate e as reflexões futuras.

Estima-se que as pesquisas que virão possam investigar como a herança escravocrata do país, explorada aqui sob o “medo branco” e as representações sociais, se manifestam em outros aspectos da sociedade – para além da segurança pública – e como a mídia pode ajudar a combater ou enfatizar a problemática.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CHALHOUB, S. **Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio**. Revista Brasileira de História, v.8, n. 16, pp. 83-105, 1988.
- DE LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. Revista Direito GV, v. 12, n. 1, p. 49, 2016
- COIMBRA, C.M.B. **Mídia e produção de modos de existência**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília. V. 17, n. 1, jan. / abr. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722001000100002&script=sci_arttext&tlng=es.
- FREIRE, F. J. **Mídia, estereótipo e representação das minorias**. Eco pós, v. 7, n. 2, p. 45-65, 2004.
- GOMES, R. A. L. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**, 2007.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, S. et al. **The social production of news: mugging in the media**. In: _____. Policing the crisis: mugging, the State, and law and order. London: MacMillan Press Ltd., 1978.
- HOLLOWAY, T. **O calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX**. MAIA, p. 253-281, 2009.
- MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em 9 mai. 2018
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. L. **The agenda-setting function of mass media: the public opinion**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação E-compós, Brasília, v. 19, n. 1, jan./abr. 2016.
- MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.
- MORAES, D. **Comunicação Alternativa em Rede e Difusão Contra hegemônica**. In: Comunicação e contra-hegemonia. COUTINHO, Eduardo Granja (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MORETZSOHN, S. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Porto Alegre: Vozes, p. 143-167, 2007.

PERUZZO, C. M. K. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. Anais. São Paulo: Intercom, 2006.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIO, João do. **A alma encantadora das Ruas.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

SOARES, L.E. **Violência e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

UNESCO. **Many Voices, One World. International Commission for the Study of Communication Problems.** 1980. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf>

VAZ, P.; BAHIENSE, C. **Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI.** In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011, Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2011.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

7 ANEXOS

Fotos das matérias analisadas.

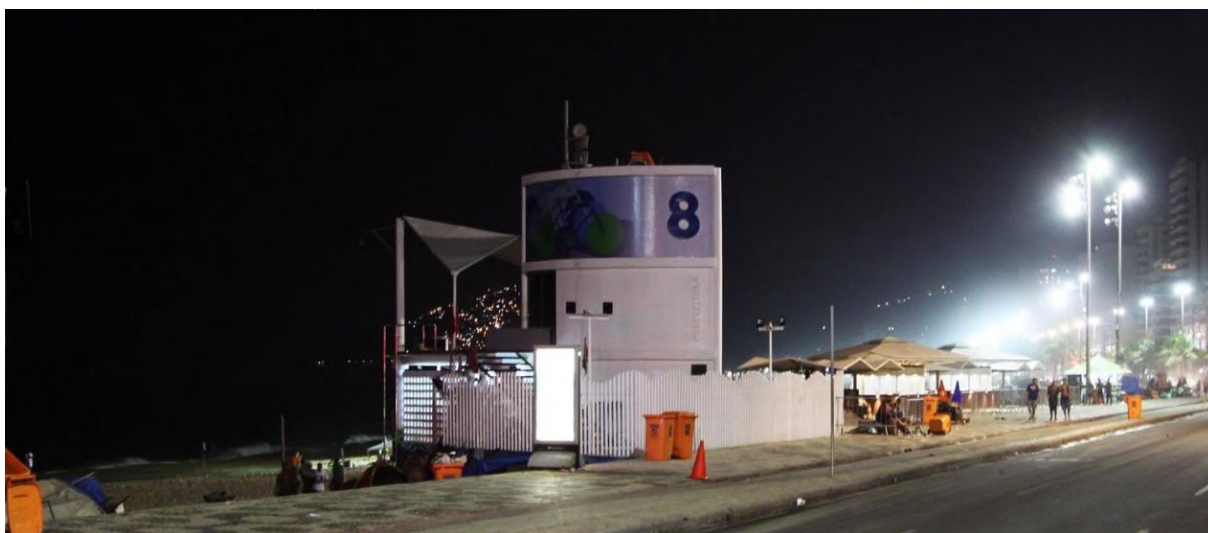
ANEXO A – Bloco Simpatia é Quase Amor, em Ipanema - Roberto Moreyra / Agência O Globo



ANEXO B – Bando faz arrastão na Orla da Zona Sul – Reprodução
A mesma foto aparece em três matérias.



ANEXO C – Segundo testemunhas, tumulto teria ocorrido próximo ao posto 8 da orla de Ipanema - Paulo Nicolella / Agência O Globo.



ANEXO D: Segundo testemunhas, tumulto teria ocorrido próximo ao posto 8 da orla de Ipanema - Paulo Nicolella / Agência O Globo.



ANEXO E: PMs ficaram feridos em avenida no Leblon - Reprodução/Google Maps.



ANEXO F: O major Ivan Blaz - Reprodução de vídeo.



ANEXO G: Patrulhamento reforçado. Carros da PM na esquina da Avenida Vieira Souto com Rua Vinicius de Moraes - Paulo Nicolella / Agência O Globo.



ANEXO H: A violência representada, com cenas de assaltos e vítimas de balas perdidas - MAURO PIMENTEL / AFP.



ANEXO I: Integrantes da Beija-Flor representam um grupo de traficantes – AFP.



ANEXO J: Integrantes representando bandidos em alas do desfile da Beija-Flor.



ANEXO K: Ministro da Defesa Raul Jungmann considera 'inadmissíveis e lamentáveis' cenas de violência no carnaval do Rio - Marcelo Carnaval / Agência O Globo.



ANEXO L: A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), participa da abertura da Campanha da Fraternidade de 2018 - Jorge William / O Globo.



ANEXO M: Dom Orani Tempesta é arcebispo do Rio - Pedro Teixeira/24-12-2017.



ANEXO N: Rua Dias Ferreira com lixo no sábado de carnaval - Fernanda Dias / Agência O Globo / Agência O Globo.



ANEXO O: O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão ao lado do seu vice, Francisco Dornelles, durante a cerimônia - Rodrigo Chadí / Fotoarena / Agência O Globo.



ANEXO P: Temer, Pezão e o ministro Jungmann no anúncio da intervenção | Givaldo Barbosa/Agência O Globo.



ANEXO Q: Operação policial na Cidade de Deus. Imagem de 1/02/2018 - Guilherme Pinto / Agência O Globo.



ANEXO R: Mãe de Jermemias Moraes da Silva, de 13 anos, morto no Complexo da Maré. Imagem de 08/02/2018 - Reginaldo Pimenta.



ANEXO S: Manifestação após a morte da menina Maria Eduarda Alves da Conceição, baleada numa escola na Zona Norte. Imagem de 31/03/2017 - Marcelo Theobald / Agência O Globo.



ANEXO T: Tiros na Cidade de Deus e interdição na Linha Amarela. Imagem de 31/01/2018 - Agência O Globo / Roberto Moreyra.



ANEXO U: Sepultamento de Arthur Cosme de Melo, bebê atingido por tiro de fuzil dentro do útero da mãe. Imagem de 31/07/2017 - Domingos Peixoto / Agência O Globo.



ANEXO V: Enterro de Thiago Rodriguez da Silva, PM sequestrado na porta de casa em Nova Iguaçu e assassinado por traficantes. Imagem de 24/08/2017 - Agência O Globo / Fabiano Rocha.



ANEXO W: Maria Esperanza, turista espanhola baleada na Rocinha – Reprodução.



ANEXO X: Enterro de Felipe Farias Gomes de Souza, 16 anos. O estudante morreu após ser baleado no Complexo do Alemão. Imagem de 28/04/2017 - Mácia Alves / Agência O Globo.



ANEXO Y: Ao menos 63 marcas de tiros encontradas pelos peritos no carro dos jovens mortos em Costa Barros. Imagem de 02/12/2015 - Fabiano Rocha / Agência O Globo.



ANEXO Z: ONG Rio de Paz durante protesto lembrando a morte de menino no Complexo do Alemão. Imagem de 08/04/2015 - Gabriel de Paiva / Agência O Globo.

